

arquivo

&

administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V. 12, N. 2, jul./dez. 2013

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.



aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO

A revista Arquivo & Administração é uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. O seu primeiro número foi lançado em 1972. São publicados dois números por ano. Os números até 1999 encontram-se digitalizados e à disposição para consulta no site da AAB: www.aab.org.br.

The Journal Arquivo & Administração is edited by the Brazilian Archivists Association. Its first edition was launched in 1972. Every year the Association publishes two editions of the journal. The editions up to 1999 have been digitised and are available for users on the AAB website: www.aab.org.br.

Editor responsável/ General Editor:

Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

Editor técnico/ Technical Editor:

Dilza Ramos Bastos, Fundação Casa de Rui Barbosa

Conselho Editorial/ Editorial Board:

Prof. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo, Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguía Marañón, Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Maria Jardim, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dr^a. Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr^a Luciana Duranti, Chair of Archival Studies at SLAIS (Canadá)

Dr^a. Maria Celina Soares de Mello e Silva, Museu de Astronomia e Ciências Afins

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Prof. Dr. Sérgio Conde de Albite Silva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Theo Thomassen, University of Amsterdam (Holanda)

Prof. Dr. Tom Nesmith, University of Manitoba (Canadá)

Conselho Consultivo/ Consultant Committee:

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez, Universidade de Brasília

Prof. Dr. Bruno Delmas, Ecole Nationale des Chartes (França)

Prof. Dr^a Janice Gonçalves, Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr^a Johanna Wilhelmina Smit, Universidade de São Paulo

Prof. Dr. José Augusto C. Guimarães, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr^a. Ivana Parrela, Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Dr^a. Maria Leandra Bizelo, UNESP
Prof. Dr^a. Maria Teresa Navarro de Brito Mattos, Diretora do Arquivo Público da Bahia do
Governo do Estado da Bahia
Prof. Dr. Renato Pinto Venancio, Universidade Federal de Minas Gerais

FOCO E ESCOPO

Arquivo & Administração é um periódico especializado que se destina à publicação e divulgação de trabalhos inéditos que contribuam para o avanço das reflexões no campo da Arquivologia e áreas afins. É um periódico aberto para as contribuições de autores da comunidade científica nacional e internacional.

Os trabalhos encaminhados para publicação serão analisados pelo Conselho Editorial da revista. Em situações excepcionais, os trabalhos concorrentes poderão ser encaminhados a pareceristas do Conselho Consultivo com notório saber na área de conhecimento do tema tratado.

Caso o Conselho Editorial ou Conselho Consultivo indiquem a necessidade de alterações ou correções, os trabalhos serão devolvidos ao(s) autor(es) para que realizem os ajustes.

Os originais deverão ser encaminhados à AAB. Nenhum original será devolvido.

A publicação implica a cessão integral dos direitos autorais à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Os trabalhos devem ser enviados para:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB

Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e-mail: aab@aab.org.br

A Revista Arquivo & Administração possui as seguintes Seções

Artigos - Textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas (até 9.000 palavras ou, no máximo, 27 laudas).

Depoimentos - Entrevistas com pessoas cujas histórias de vida e/ou realizações profissionais sejam consideradas relevantes (até 6.600 palavras ou cerca de 20 laudas).

Notas de Pesquisa - Relatos preliminares, mais curtos que um artigo, enfatizando objetivos, hipóteses, resultados e dificuldades de pesquisas em andamento, com comentários sobre fontes, métodos e técnicas utilizados e desdobramentos antevistos (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

Dissertações e Teses - Descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência (400 palavras ou até 1,5 laudas).

Resenhas - Descrição pormenorizada e crítica de obra recentemente publicada sobre aspectos da Arquivologia. A obra a ser resenhada será escolhida pelo Conselho Editorial da A&A (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

FOCUS AND SCOPE

Arquivo & Administração is a journal devoted to Archival Science that aims to publish and disseminate original works that contribute to reflections relating to archives. The journal welcomes national and international authors from the archives and information management community.

All articles submitted for publication will be reviewed by the Editorial Board. In very exceptional situations the submissions might be reviewed by members of the Consultative Committee who are experts on the specific theme to which the text under evaluation relates.

If the Editorial Board or the Consultative Committee decides that the submitted work needs some changes before publication the author will be informed.

The manuscripts will be sent to AAB and will not be returned to the authors.

The publication of the work implies the transfer of the copyright to the Brazilian Archivists Association.

The submissions should be directed to:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB
Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro
20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil
e-mail: aab@aab.org.br

The Arquivo & Administração journal has several different sections

Articles – Theoretical texts based upon in-depth research or reflections (max. of 9000 words or 27 pages).

Testimonials – Edited interviews with people whose biography shows a significant contribution to the archival community (max. 6600 words or 20 pages).

Research – Preliminary comments and findings, shorter in length than a standard article, related to aims, hypothesis, results and difficulties of on going research work, with comments of sources, methods and techniques adopted and anticipated developments. (Max. 3330 words or 10 pages).

Dissertations and theses – Short description of a masters dissertation or a doctoral thesis. (Max. 400 words or 1.5 pages).

Book reviews – Detailed and critical assessments of books recently published about archives and archival science. The book will be selected by the Editorial Board of the journal. (Max. 3330 words or 10 pages).

NORMAS EDITORIAIS

Para submissão dos trabalhos, os autores devem observar as seguintes Normas Editoriais:

1. Os textos deverão estar redigidos em português, ou nos idiomas estrangeiros, espanhol ou inglês.
2. Os trabalhos deverão ser entregues à AAB em formato Word for Windows, anexados em e-mail.
3. Cada trabalho deve indicar a seção da revista a que se candidata (Artigo – Depoimentos – Notas de Pesquisa – Dissertações e Teses – Resenha) e respeitar o número de palavras e laudas indicadas em Foco e escopo. Gráficos, tabelas, desenhos e demais anexos são considerados partes do texto.
4. A fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12 para todo o texto.
5. O título e os subtítulos devem ser grafados em negrito.
6. As citações e transcrições devem ser apresentadas conforme a norma ABNT NBR 10.520.
7. As epígrafes, bem como expressões em língua estrangeira devem vir em itálico.
8. O tamanho da lauda utilizada deve ser A4 (210 x 297 mm);
9. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5 para todo o corpo do texto, admitindo-se espaçamento duplo apenas para introdução de subtítulos. No caso das citações diretas com mais de três linhas e assim destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, devem ter espaçamento simples entre linhas, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.
10. As margens devem ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.
11. A numeração das páginas deve ser colocada no canto inferior direito.
12. Os parágrafos devem ser formatados com recuo de 1,25 cm (padrão Word), sem espaçamento entre um e outro.
13. O alinhamento do título, e do subtítulo (se houver), deverá ser centralizado.
14. As indicações da autoria devem ser alinhadas à direita. Os demais itens deverão ser apresentados com alinhamento justificado, exceto as referências ao final do trabalho que são alinhadas à esquerda.
15. A numeração progressiva deve ser apresentada conforme a NBR 6024 e o indicativo de seção precede o título, alinhado à esquerda, dele separado por um espaço de caractere.
16. Cada trabalho deve seguir as normas da ABNT para publicação de trabalho acadêmico e deve incluir:

a) Título, e subtítulo (se houver)

Devem figurar na primeira página, no alto e centralizados. No idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português

(no caso do segundo idioma, este deve aparecer após as Palavras-chave, isto é: antes do Abstract).

b) Nome completo do autor ou autores, afiliação institucional ou atividade profissional, titulação, e endereço eletrônico

Os nomes devem figurar abaixo do título do trabalho e alinhados à direita, por extenso e acompanhados de breve currículo que os qualifiquem na área de conhecimento do artigo. Os currículos e os endereços postais e eletrônicos devem compor no máximo cinco linhas e aparecer em rodapé indicado na página de abertura.

c) Resumo

Resumo informativo com 100 a 250 palavras. Os artigos submetidos em português, espanhol ou francês deverão ter resumo no idioma original e em inglês. Os artigos submetidos em inglês deverão ter resumo, título e palavras-chave em inglês e também em português.

d) Palavras-chave

Palavras-chave no idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português. Recomenda-se a quantidade de três a cinco palavras-chave.

e) Citações

As citações devem estar em conformidade com a norma ABNT NBR 10.520. Ressalta-se que a menção a autores no correr do texto deve subordinar-se à convenção pela qual o sobrenome do autor, seguido da data de publicação da obra, é colocado entre parênteses (RIOS, 1962), podendo ainda indicar a página (RIOS, 1962, p. 13). Quando há mais de um título do autor no mesmo ano, usam-se letras minúsculas para diferenciá-los, conforme a lista de referências.

Exemplo: (BELLOTTO, 1988a), (BELLOTTO, 1988b).

No caso de obras com mais de um autor:

- até três autores, é opcional mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada et al., grafada em itálico.
- com mais de três autores, mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada et al., grafada em itálico:

Exemplo:

(FERREIRA et al., 1985);

f) Notas de rodapé

Nas notas de rodapé, as referências serão alinhadas a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

g) Tabelas, gráficos e figuras

Devem apresentar títulos (acima), legendas (à direita) e indicação de fonte ou autoria (abaixo).

h) Títulos mencionados no texto

Os títulos e subtítulos de livros, artigos, teses e outras publicações, em qualquer idioma devem ser grafados em itálico e trazer em maiúscula somente a inicial da primeira palavra, a não ser em caso de nomes próprios. O subtítulo é separado do título por dois pontos.

i) Lista de referências

As referências devem figurar na última página, alinhadas à esquerda, em ordem alfabética, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo. Devem ser elaboradas de acordo com a norma ABNT NBR 6023 (textos em português) ou *Chicago Manual of Style* (texto em inglês ou espanhol).

3. The size of the page should be A4 (210x297 mm).
4. The authors of the manuscripts written in Spanish should provide a one-paragraph abstract (100-250 words), 4 keywords and the title in English for the text. The Editorial Board will produce an abstract, 4 keywords and the title in Portuguese for the manuscripts written in English.
5. No photographs will be published.
6. The authors should follow the Chicago Manual of Style: <http://www.chicagomanualofstyle.org/home.html> for further instructions.

RULES FOR SUBMISSIONS

Overseas authors are invited to contribute to the journal.

The manuscripts should be submitted in English or Spanish in electronic form in a pre-2007 MS WORD version as an email attachment. A strict policy of author anonymity shall be adhered to ensuring that the Committee will only consider each proposal by its own merit.

1. The author should indicate the section of the journal in which the work fits (Articles, Interviews, Communications, Dissertations and Thesis and Book Reviews).
2. The work should be produced in Times New Roman, 12, normal, justified, with spacing of 1.5.

SUMÁRIO

EDITORIAL	13	<i>Dilza Ramos Bastos</i>
ARTIGOS	15	O que é teoria arquivística e porque ela é importante? <i>What is Archival Theory and Why is it Important?</i> <i>Terry Eastwood</i> <i>Sérgio Conde de Albite Silva, Trad.</i>
	28	Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade <i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
	52	Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro <i>Márcia Cristina Duarte Trancoso</i> <i>Maria Celina Soares de Mello e Silva</i>
RESENHA	76	Reconsiderando os arquivos pessoais <i>Heloísa Liberalli Bellotto</i>

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Editoração eletrônica: Gustavo Monteiro

Catologação na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo – Periódico. 2. Gestão de documentos – Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

ARQUIVO NACIONAL
Reg. Nº 75326
23 / 03 / 2017
Biblioteca

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira

1ª Vice-presidente: Margereth da Silva

2ª Vice-presidente: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Secretário Geral: Leila Estephano de Moura

1º Tesoureiro: Renata Silva Borges

Conselho Editorial

Ana Maria de Almeida Camargo

Eduardo Ismael Murguía Marañón

José Maria Jardim

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Luciana Duranti

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Paulo Roberto Elián dos Santos

Sérgio Conde de Albite Silva

Theo Thomassen

EDITORIAL

A segunda edição da revista *Arquivo & Administração*, de 2013, apresenta três artigos e uma resenha que abordam temas relevantes no âmbito da Arquivologia: a teoria arquivística, a descrição arquivística, os arquivos pessoais e a tipologia documental.

Iniciamos com o artigo *O que é teoria arquivística e porque ela é importante?*, de Terry Eastwood, Professor Emérito de Estudos Arquivísticos, recentemente aposentado da School of Library, Archival and Information Studies at the University of British Columbia. Traduzido para o português por Sérgio Conde de Albite Silva, doutor, arquivista e professor, o artigo foi publicado originalmente em *Archivaria*, n. 37, na primavera de 1994, como uma crítica ao *paper Archival Theory: Much Ado About Shelving*, de John W. Roberts, contando agora com um adendo elaborado por seu autor com o objetivo de atualizar sua posição em relação ao texto original e por considerar que a teoria geral e a teoria arquivística tinham sido exploradas de maneira insuficiente.

Em seguida, o lugar dos arquivos pessoais na construção da memória coletiva e o papel da descrição na ampliação do uso desses arquivos são tratados no artigo *Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade*, de Lucia Maria Velloso de Oliveira, doutora, arquivista e professora.

O terceiro artigo, *Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro*, das arquivistas Márcia Cristina Duarte Trancoso e Maria Celina Soares de Mello e Silva, apresenta um estudo preliminar de identificação dos tipos de documentos textuais, como resultado de uma pesquisa mais ampla sobre tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas.

Concluimos esta edição com a resenha, *Reconsiderando os arquivos pessoais, elaborada pela doutora Heloísa Liberalli Bellotto*, sobre a obra *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*, de Richard Cox, que em breve terá sua versão na língua portuguesa.

Desejamos a todos uma boa leitura e aproveitamos para lembrar que a revista *Arquivo & Administração* é um espaço editorial aberto. Publique conosco!

Dilza Ramos Bastos

Editor Técnico

O QUE É TEORIA ARQUIVÍSTICA E PORQUE ELA É IMPORTANTE?¹ What is Archival Theory and Why is it Important?

Terry Eastwood

John Roberts tenaz e vividamente denunciou a ideia de uma teoria arquivística. Ele não acredita que ela possa ser desenvolvida para qualquer efeito útil. O cerne de seu argumento é que os arquivistas “salvam o que é historicamente valioso - pronto; isto é a teoria”.¹ Ele vê os arquivos quer como um conteúdo qualquer a ser explorado, quer como um contexto a ser elucidado para auxiliar a compreensão do significado desse conteúdo. Em ambos os casos, o conhecimento obtido deriva do conhecimento de outras disciplinas, mas esse conhecimento “não pode ser destilado em uma teoria arquivística coerente e que seja útil”.² Ele rejeita a ideia de que arquivos têm alguma característica em comum. “O trabalho arquivístico é intrinsecamente, inescapavelmente, *ad-hoc*. Não há nenhuma grande novidade...” e isso se deve à “variabilidade interminável de assuntos” dos arquivos.³ Roberts argumenta que a literatura arquivística é e deve ser unicamente voltada para questões técnicas e de procedimentos. No decorrer de seus argumentos, ele apresenta o núcleo de sua própria teoria. Para ele, o trabalho do arquivista consiste em saber como preservar as fontes para o estudo do passado, uma vez que é o uso dos arquivos como fonte para pesquisar o passado que conduz os processos de aquisição e seleção. Os assuntos que interessam são inventados por historiadores e, a seguir, os documentos de arquivo são identificados e preservados para satisfazer esses interesses. A dimensão avaliativa desse processo requer “a sabedoria do historiador especialista... não a destreza mecânica de um arquivista bem treinado”, enganado na procura por uma objetividade inatingível.⁴

Os argumentos de Roberts levantam questões sobre o que a teoria é em termos gerais; qual o objetivo da teoria na construção do conhecimento sobre arquivos; qual é o objeto da teoria arquivística, com o que se parece; e qual a relação da teoria com o método e a prática arquivísticas.

¹ Este artigo foi originalmente publicado em *Archivaria* 37, na primavera de 1994, páginas 122-130. Está disponível em: <<http://journals.stu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/download/11991/12954>>. Acesso em: 22 ago. 2013. Trata-se de uma crítica ao paper de John W. Roberts “Archival Theory: Much Ado About Shelving”, *American Archivist* 50 (Winter 1987). John W. Roberts, por sua vez, publicou uma resposta à crítica de Terry Eastwood no mesmo número de *Archivaria* 37, entre as páginas 131 e 133 (nota do tradutor). Tradução de Sérgio Conde de Albite Silva.

Definindo teoria

A palavra teoria vem do grego *theoria* e, mais diretamente, no uso moderno, do latim *teoria*, significando um olhar, visão, contemplação ou especulação. Em inglês, a palavra significou “perspectiva mental” ou “contemplação” desde o fim do século XVI. Este sentido da palavra “teoria” foi utilizado por Norris ao escrever, em 1710, que o “conhecimento especulativo contempla a Verdade em si mesma e, nesse sentido, para e fica nessa contemplação, e isso é o que comumente chamamos de teoria”.⁵ Nós reagimos instintivamente frente ao uso da palavra “verdade” hoje em dia, mas é claro que Norris usa essa palavra para indicar a compreensão da natureza do objeto da contemplação. Toda a busca humana para compreender o natural e o mundo social implica estudar, de uma maneira ou de outra, a natureza dos objetos ou fenômenos para explicar suas características e propriedades. Qualquer busca por explicar a natureza de uma coisa por si só, apenas para saber qual é a sua natureza, é teórica. Esta é uma visão do que é uma teoria: a contemplação de um objeto para compreender a sua natureza.

Um segundo sentido de teoria é mais complexo porque foi formulado a partir da construção de um conhecimento formal. Apresenta ideias sistemáticas para explicar ou relatar fatos ou fenômenos observados. Uma teoria nesses termos consiste em uma proposição ou um conjunto de proposições estabelecidos pela observação ou confirmados por experimentos, e geralmente aceitos como explicação de fatos ou fenômenos conhecidos. Playfair, escrevendo em 1819 sua “Filosofia Natural”, observou que, “muitas vezes, uma teoria é nada mais que um artifício para compreender um certo número de fatos resumidos em uma expressão”. Assim como nós suspeitamos das noções de verdade, em função da perspectiva relativa de quem observa algo, nós também devemos considerar a dificuldade que existe em se estabelecer os fatos sobre qualquer assunto determinado. Quer se pense que fatos são da natureza das coisas e que, portanto, existem para ser descobertos, ou que fatos são gerados pelo pensador no processo de pensar sobre as coisas, no fim, fatos são características ou atributos das coisas que procuramos entender. Em qualquer tentativa racional, fazemos distinção entre estabelecer os fatos de um assunto ou interpretar ou concluir sobre eles. Esta distinção é, em última análise, uma formulação mental, mas uma formulação necessária em toda construção do conhecimento.

Proposições ou hipóteses são muitas vezes confundidas com teorias. “A palavra teoria”, como observou James Mill em 1869, “foi pervertida para significar uma operação... que... consistiria em estabelecer supostas questões como questões observadas. Teoria, na verdade, tem sido confundida com hipótese”. Uma teoria não é a suposição inicial de uma

reflexão. É muito mais uma construção mental derivada da observação para explicar a natureza do objeto de atenção.

A dificuldade de ver claramente o que é uma teoria torna-se maior quando percebemos que o método de pensar pode ser dedutivo ou indutivo, isto é, trabalhar do geral para o particular ou do particular para o geral. Ao usarmos a dedução, generalizamos e, em seguida, verificamos se a generalização se concretiza em um caso particular. Ao usarmos a indução, examinamos um caso para chegar a alguma proposição geral, e, em seguida, examinamos outras situações para confirmar o caso. A dedução favorece a unificação do esforço científico para procurar os fatos gerais e princípios de uma coisa que seja comum a todas as suas instâncias. Aqueles que usam a dedução acreditam que “somente o pensamento pode apreender o real”.⁶ A indução favorece a diversificação da ciência para revelar a variedade de expressão ou comportamento da coisa. Aqueles que usam a indução acreditam que a investigação empírica pode descobrir a realidade. Ambos os métodos apoiam-se na observação para construir a generalização no interesse da compreensão da natureza da coisa. É interessante notar que as generalizações não podem ser observadas; elas têm que ser pensadas e, ao serem pensadas metodologicamente, formarão uma teoria.

Uma vez que generalizar está no cerne do entendimento sobre as coisas do mundo e da busca para controlar essas coisas, todos os objetos e as ações que empreendemos em ambas situações estão sujeitos a um impulso teórico. Tomando esses aspectos como nosso ponto de partida, podemos agora olhar para o propósito da teoria no processo de construção do conhecimento sobre arquivos.

O propósito da teoria arquivística

Quando a contemplação é codificada em um estudo disciplinado, nós entendemos a teoria como parte de um assunto técnico dedicado a elucidar os fatos gerais, princípios ou proposições sobre determinado assunto, distinguindo-a da prática do mesmo. Um estudo formal, por definição, opera com alguns princípios estabelecidos e racionais, que constituem o seu método. Nas disciplinas que se ocupam da construção do conhecimento, a teoria se compõe de ideias sobre o objeto que se contempla, o método consiste em ideias sobre como proceder ao contemplar o objeto, e a prática consiste na aplicação da teoria e do método para expandir esse conhecimento. Tais disciplinas são puras no sentido de que quem busca esse conhecimento não age sobre os objetos observados, embora hoje seja amplamente reconhecido que os observadores participam ou tornam-se parte da coisa observada, ou seja, não podem abstrair-se completamente da realidade que observam.

A busca do conhecimento por si só, que caracteriza as disciplinas puras, frequentemente se diferencia da aplicação do conhecimento pelas profissões para auxiliar na condução dos assuntos humanos. Nas disciplinas aplicadas, a prática não é a mesma que nas disciplinas puras, que se esforçam unicamente para aumentar o conhecimento. A prática em uma disciplina aplicada não está voltada diretamente para a construção do conhecimento, mas muito mais sobre a ação para alcançar alguns fins socialmente desejados. É possível submeter essa ação, os métodos dos procedimentos e os seus efeitos à observação e à contemplação, mas não separar a compreensão da natureza do objeto ao qual a ação está direcionada. Por exemplo, o assistente social não pode agir sem algum conhecimento da natureza humana e das estruturas sociais. Uma vez tendo atuado, o assistente social pode, então, pensar sobre as ações desenvolvidas, mas não sem levar em conta as condições em que estas ações foram produzidas, isto é, as condições de certos pressupostos do conhecimento sobre o comportamento humano e social. A disciplina Serviço Social não desenvolve o conhecimento sobre tal comportamento. Esse é o trabalho de disciplinas puras como Psicologia e Sociologia. Então, as profissões têm apenas métodos, práticas e alguma reflexão, mas nenhuma teoria? Essa é a alegação de Roberts no caso da profissão arquivística.

Essas profissões atuam no mundo fingindo que constroem conhecimento para fundamentar sua ação da mesma forma que as disciplinas puras para construir conhecimento em si. Toda disciplina aplicada opera com base em algum corpo abstrato do conhecimento. A questão é: como as disciplinas aplicadas desenvolvem a sua base de conhecimento, e qual o papel da teoria nesse conhecimento?

Roberts pressupõe que o aspecto teórico do conhecimento do arquivista tem de ser extraído de outras disciplinas. Ele também nega que haja qualquer consistência na prática, porque a ação [do arquivista], de qualquer forma, deve ser adaptada às particularidades, ou mesmo à singularidade, de cada arquivo. Falar de métodos universais nestas circunstâncias é, para ele, ridículo. Este seria o caso se a construção de seu pensamento fosse correta.

Profissões efetivamente tentam controlar algumas circunstâncias no mundo, mas a sua prática consiste em elaborar esquemas de comportamento ou de ação para se adequarem à natureza dos objetos da ação. Se a teoria é a contemplação da natureza de um objeto ou de um fenômeno visto como objeto, então, nas disciplinas aplicadas, a teoria e seus métodos para determinar a natureza da coisa a ser tratada devem vir antes e, em grande parte, condicionar a prática e seus métodos. Ainda que uma disciplina aplicada possa depender do conhecimento de outras disciplinas para construir sua imagem teórica da natureza das coisas em que atua, não se pode aceitar diretamente este conhecimento como a sua teoria, porque os fundamentos de sua teoria devem estar adequados à sua perspectiva

e aos seus fins. Estas questões são resolvidas na evolução do discurso da disciplina da mesma forma como é desenvolvida a sua maneira de contemplar a natureza das coisas importantes para si. Assim, a teoria, uma vez estabelecida sobre a natureza do objeto em que a ação é realizada e sobre a ação em si, pode ser desenvolvida por sua própria conta – da mesma forma como a construção do conhecimento nas disciplinas puras.

Um outro aspecto em uma disciplina aplicada é que a teoria se relaciona com o método e a prática no sentido de que nada da teoria, se seus princípios estiverem corretos, vai ser contrariada pelo método e pela prática. Assim, se o método e a prática baseiam-se na teoria, eles podem se tornar um teste da teoria. Se o método e a prática baseados em uma teoria não funcionarem, pode haver algo errado com a teoria. Por outro lado, os métodos e práticas que não se baseiam numa teoria podem, presumivelmente, ser julgados somente em termos pragmáticos; tenham ou não atingido os fins práticos definidos para eles no início. Nada que chega sistematicamente à mente anima o exercício. Roberts tem uma visão pragmática da função do arquivista. Claro, essa é sua prerrogativa. Mas ele também nega que uma abordagem teórica é possível.

O objeto da teoria arquivística

Roberts é forçado a ter esse ponto de vista em função de sua suposição teórica central, isto é, que a natureza essencial dos arquivos está ligada ao seu valor como fonte histórica. Para repetir suas palavras, arquivistas “salvam o que é historicamente valioso - pronto; essa é a teoria”. O problema com este ponto de vista sobre os arquivos é que faz deles algo a ser considerado apenas na filosofia e na escrita da história. Isto é o que presumivelmente Roberts quer dizer quando afirma que a única perspectiva teórica adequada sobre os arquivos é a historiográfica. Sua conclusão é coerente com a sua premissa, mas a validade de sua premissa pode ser posta em dúvida.

Da necessidade e da perspectiva do arquivista, os arquivos não são matéria de fonte histórica. O primeiro objeto da teoria arquivística é a natureza dos documentos de arquivo. A Arquivologia, como disciplina, consiste na construção do conhecimento sobre documentos de arquivo e na ação sobre eles de forma metódica para proteger as propriedades que possuem. Assim, a grande questão teórica é o quê são essas propriedades que precisam ser protegidas, e por quê precisam.

As raízes da teoria arquivística podem ser encontradas em certos antigos princípios legais e administrativos. Para administrar os negócios, e no curso da administração dos

negócios, certos documentos são criados para registrar os fatos de uma ação para futura referência, para prolongar a memória de atos e ações de todos os tipos, e para torná-los duradouros. Inerente à essa concepção da capacidade do documento em prolongar a memória e preservar a evidência de atos no tempo, se estabelece uma relação do documento com o ato, com o evento ou com o fato. O negócio em questão, a coisa a ser feita, produz o documento que, em seguida, se destaca como um veículo ou um dispositivo para acessar o fato e ato.⁷ Documentos desse tipo passaram, então, a ser considerados aquilo que os juristas chamam de fé plena ou fé pública – ou, como diríamos, portadores de prova fidedigna de um fato ou ato – se forem preservados em um lugar adequado e de acordo com procedimentos administrativos estabelecidos e conhecidos. A partir dessa base, a disciplina do arquivista como guardião dos registros cresceu.⁸

Essa disciplina sustenta-se em duas proposições que, certamente, necessitam de ampla contemplação: que documentos de arquivo atestam os fatos e atos, e que sua confiabilidade depende das circunstâncias de sua produção e preservação.

Durante séculos, os documentos de arquivo foram acumulados e mantidos pelo poder público para atestar os atos que tinham importância a longo prazo na condução de assuntos públicos e privados. O documento registra o ato e fornece os meios para comprovar o ato e os direitos e obrigações associadas a ele. Na maioria das vezes, os atos a serem registrados e documentados estavam associados a direitos de propriedade, tributação, dívidas, sucessão legal e afins. No entanto, com a propagação da alfabetização e com o crescimento de instituições públicas e privadas, os repositórios públicos de memória e de fé pública deram lugar à gestão de documentos correntes nas administrações de todos os tipos. Cada um desses fundos de documentos arquivísticos passaram a conter, então, os resíduos e as provas das transações de negócios, provendo os meios para prestar conta deles. Este potencial de prestação de contas é o valor intrínseco dos arquivos, um valor delimitador de sua natureza.

No período que vai da Antiguidade até o final do século XVIII, esses pensamentos sobre os documentos de arquivo ocorriam tanto entre juristas preocupados com as propriedades de prova dos documentos de arquivo, como entre as partes interessadas em mantê-los para fins administrativos, ou entre aqueles que estavam interessados em estabelecer a confiabilidade de documentos para provar algum fato ou ato (tais como, por exemplo, os diplomatas do século XVII, que nos forneceram o primeiro modelo analítico para a compreensão da natureza do documento único de arquivo).⁹ Assim, os arquivos passaram a ser vistos como parte integrante do fundo total de artefatos que poderiam ser usados para obter conhecimento da experiência humana.

Os textos da Arquivologia moderna baseiam-se nesse conjunto inicial de reflexões e experiências sobre arquivos, mas que, muito significativamente, surgem associados com os esforços para preservar as fontes do passado em instituições dedicadas a essa finalidade. O resultado é a perspectiva moderna sobre os arquivos. Escritores modernos caracterizam arquivos como um conjunto de documentos produzidos por organizações ou pessoas no decorrer de suas atividades, garantindo as propriedades desses conjuntos de documentos e os meios de seu tratamento. Muita confusão surge sobre o papel da teoria na sua relação com o método e a prática; isto ocorre porque os textos modernos – pelo menos a maior parte dos escritos em inglês – têm se preocupado mais com os meios de tratamento do que com as questões das propriedades da matéria em si. É útil resumir algumas das principais propriedades dos arquivos apresentados nesses escritos; refletir sobre eles pode fornecer respostas para várias das questões levantadas pelas alegações de Roberts. A explanação dessas propriedades constitui a ideia central da teoria arquivística. Em cada caso, a explanação de uma propriedade difunde alguma característica universal ou alguma qualidade dos arquivos. São estas propriedades que precisam de proteção; logo, a aplicação do método e a prática advêm da teoria.

A primeira característica dos arquivos – a sua imparcialidade – estabelece uma perspectiva arquivística sobre a relação entre os fatos e a sua interpretação; e é isso o que Frank Burke propõe que a teoria arquivística investigue.¹⁰ A noção teórica de imparcialidade na Arquivística é muito mal entendida, até mesmo, suspeita-se, por Schellenberg, que a omite em sua discussão sobre as qualidades essenciais dos arquivos.¹¹ Como os documentos de arquivo são criados como um meio de expressar a ação e como um produto dessa ação, eles estão, como afirma Jenkinson, “livres da suspeita de causar dano em função dos interesses em que nos baseamos agora para usá-los”. Isso não significa que seus produtores e autores estão livres de provocarem danos, só que os motivos e as circunstâncias de sua criação asseguram que eles não foram escritos “para interessar ou com o propósito de informar a posteridade”, como Jenkinson diz.¹² Se o documento é imparcial nesse sentido, nós podemos confiar em seu registro fiel dos fatos e atos do mesmo. É claro que, se ele for posteriormente corrompido por interesses, esta qualidade é prejudicada. Como os documentos de arquivo têm esse compromisso de fidelidade aos fatos e atos, eles também ameaçam revelar fatos e atos que alguém preferisse não ver revelados. Proteger os documentos da corrupção é, então, um dever dos arquivistas, cujos métodos e práticas precisam ser desenvolvidas, na medida do possível, para preservar essa imparcialidade.

A imparcialidade também não significa que o intérprete do documento deva entender que o documento de alguma forma reproduz um ato ou evento. O contexto maior

do evento e o contexto de utilização do usuário do documento deixam muito espaço para complicar o quê de verdade imparcial pode derivar do documento, em termos teóricos. Assim como o uso não corrompe o documento, a fidelidade ao evento que o documento possui permanece inalterada. Então, todas as questões de uso interpretativo do documento não têm importância para a teoria arquivística. Elas se encontram fora de seus limites e preocupação; e não dentro, como Burke frisa, ou mesmo como sugeririam as suspeitas de Roberts sobre a objetividade da perspectiva arquivística.

A segunda característica dos arquivos é a autenticidade, que depende da produção, manutenção e custódia. Arquivos só são autênticos quando são criados pela necessidade de se agir por meio deles e quando são preservados e mantidos pelo criador e seus legítimos sucessores como testemunha fiel dos fatos e atos que registram. Para serem autênticos memoriais de atividades passadas, os documentos devem ser produzidos, mantidos e conservados de acordo com procedimentos metodológicos reconhecidos. Naturalmente, essas contingências - que dotam o documento de autenticidade - são observáveis, não no próprio documento, mas nesses procedimentos metodológicos. Portanto, o escopo da teoria arquivística ultrapassa os documentos ao englobar aspectos do contexto processual de sua produção e preservação. Ou seja, a teoria considera não apenas os métodos e as práticas dos repositórios históricos, mas também os métodos e as práticas pelos quais documentos são gerados e preservados desde o momento de sua criação e ao longo de sua existência. Muitos documentos de arquivo desviam-se desse domínio legal de custódia contínua. Eles podem ainda ser documentos com valor evocativos do passado, mas seu valor de prova fica prejudicado. Enquanto são feitas tentativas para reparar essa perda, seja através da coleta de evidências sobre a história dos documentos em questão, seja por meio de sua análise interna, sua confiabilidade como prova torna-se suspeita em comparação com os arquivos mantidos em custódia legal contínua.

A terceira e a quarta características, a naturalidade e a inter-relação, referem-se à maneira como os documentos de um arquivo são acumulados no decurso das transações de negócios, conforme as necessidades das questões pertinentes. Eles são naturais no sentido de que não são acumulados para alguma finalidade fora das necessidades administrativas de produzi-los, e nem são reunidos em algum esquema que não seja o de servir essas necessidades, como são os objetos de um museu ou os documentos de uma coleção de biblioteca. Os documentos de qualquer arquivo têm, então, as suas relações estabelecidas pelo curso da conduta dos negócios e de acordo com suas necessidades. A relação entre os documentos e os negócios torna-se axiomática a ponto de jamais um único documento arquivístico ser memória suficiente

do desenvolvimento de uma atividade passada; eles são interdependentes em razão de seu significado e de sua capacidade de servir como prova das atividades que os geraram. É por isso que a teoria arquivística reside no elo vital entre a atividade funcional e o documento, e na estrutura da documentação administrativa. Compreender que a atividade funcional produz os documentos e sua estrutura torna-se vital para o desenvolvimento do método e da prática.

Quando Roberts supõe que a contemplação da natureza dos tópicos função e estrutura - tal como acontece quando se determina o que é uma série - valoriza a técnica, ele perde a importância teórica de se definir como um arquivo se forma em termos gerais. Sem alguma compreensão da dinâmica da naturalidade e da inter-relação, o tratamento tende a prejudicar o vínculo funcional e estrutural que une os documentos em um todo e cuja integridade é importante para o seu sentido, significado e valor de prova. Nem a erudição dos interesses históricos de Roberts em garimpar o conteúdo de documentos, nem o seu arquivista - um técnico de mente mecânica - têm chance de perceber e preservar esse aspecto da integridade arquivística. Precisa-se da teoria para perceber essas características e isto requer métodos concebidos à luz da teoria para preservá-las. Não são difíceis de achar exemplos de historiadores que organizaram documentos de arquivo para seus próprios propósitos, e de mecanismos de um ou outro tipo que esquematizaram uma ordem e destruíram a integridade.

A última característica é a unicidade. Cada documento tem um lugar único na estrutura de um arquivo. Cópias de um documento podem existir no próprio arquivo ou em outros. Mas cada um é único em seu lugar. Estar lá demonstra a sua relação com a atividade que o produziu e com os outros documentos acumulados no decorrer dessa atividade. Então, cada documento de arquivo, quer tenha mais de uma cópia ou não, é único. É preciso também considerar que a informação ou o conteúdo de qualquer documento arquivístico, entendido como um conhecimento do mundo, pode ou não pode ser único. Claro que a informação de um documento *no seu contexto* e na sua relação com outros documentos de um arquivo é única. Hoje em dia, no entanto, muito do conhecimento que pode ser obtido a partir dos arquivos está disponível em diversos lugares, e geralmente em formatos mais adequados e acessíveis. Isso só reforça a ideia de que os arquivos não podem ser tratados exclusiva ou prioritariamente pelas informações que carregam. Esta é uma proposição teórica resultante da observação da natureza dos arquivos, à qual algumas autoridades modernas aderem e outras não, o que demonstra que ideias teóricas não são doutrina; elas estão abertas ao debate.

Conclusão

Estes cinco conceitos explicam porque os arquivos não podem ser tratados unicamente pelo seu conteúdo ou pelas informações que contêm, o que é basicamente o que Roberts argumenta. Nem a História, a Biblioteconomia ou qualquer outra ciência explicam a natureza dos arquivos em termos apropriados para os objetivos do arquivista. É por isso que podemos reivindicar um *status* de autonomia para a Arquivística, digno de ser desenvolvido em suas dimensões teóricas, metodológicas e práticas para a construção de um corpo coerente de conhecimento.

O ponto de partida é a teoria, que visa ampliar o conhecimento sobre a natureza dos arquivos a fim de definir uma estrutura intelectual para seus métodos e práticas. A teoria, como ponto de partida, estabelece as características comuns a todos os arquivos. As cinco características que eu identifiquei são frequente e amplamente mencionadas na literatura arquivística, de uma maneira ou de outra. Elas constituem a teoria orgânica dos arquivos. Evidentemente, esta ideia está totalmente aberta para que estudiosos demonstrem que uma, ou mesmo todas, não são características universais dos arquivos e, portanto, sem valor nas preocupações gerais do arquivista. Da mesma forma como está aberta para que se desenvolvam outras ideias sobre a natureza dos arquivos, seus métodos e práticas.

Muitos aspectos de natureza teórica precisam ser elaborados. Por exemplo, estamos longe de compreender o que entendemos por função em Arquivística e como as funções regem a produção de documentos. Isto é especialmente importante em um ambiente administrativo asfixiado pela gestão de informações e sufocado por tecnologias que surgem como ameaça à integridade dos arquivos. Se as cinco características constituem uma teoria orgânica dos arquivos, a validade ou não dessa teoria - mesmo em um ambiente documental de constantes mudanças - é algo que deveríamos estudar. É a confiabilidade das evidências dos fatos e atos que está em jogo e, com isso, nossa capacidade de julgar ações passadas em relação a tudo o que fizemos.

No final, então, a teoria se torna mais do que a contemplação da natureza dos arquivos quando ela apresenta ideias sobre os propósitos ou o papel que os documentos de arquivos desempenham nas relações sociais. Uma vez que as pessoas usam regularmente documentos de arquivo para recuperar a memória de uma ação - e, tendo-o feito, para julgá-la em algum contexto - isso confere um certo sentido de missão às atividades arquivísticas. A teoria determina a agenda social dos arquivistas, que ficam como protetores de provas capazes de garantir que as relações sociais podem ser estabelecidas com base em causas objetivas - ou seja, com base na evidência de fatos e atos. É inevitável a discussão sobre

o que os fatos são, o que os atos foram, ou como melhor julgá-los, mas se os arquivistas procederem e agirem à luz da teoria, cada um dos argumentos nessa discussão terá a mesma qualidade da prova garantida pelos arquivos.

No fim, então, todas as ideias sobre a natureza dos arquivos, as circunstâncias que condicionam as suas qualidades e os fins para os quais eles são gerados e usados, são temas de análise sob a perspectiva do arquivista. Se a teoria em sentido lato não é senão a análise das ideias, todos os aspectos de temas, métodos e práticas abordados pela sociedade, e pelo arquivista atuando para a sociedade, são teóricos. Como John Roberts pensa que a natureza dos arquivos é matéria de fonte histórica e que os métodos e práticas de tratar os arquivos existem para servir à pesquisa histórica (e pensa, implicitamente, que o objetivo e o valor dos arquivos está entendimento histórico da sociedade), pode-se dizer que ele apresenta uma teoria de arquivos, mas, em última análise, essas ideias nada significam para o arquivista, como ele mesmo percebe.

Focar nos arquivos como fonte do passado ou na sua utilidade para a pesquisa e a escrita da história ou ainda no seu valor para a historiografia como um veículo para promover a compreensão do passado, levanta questões que fogem das necessidades ou da competência dos arquivistas para responder e, necessariamente, permite que Roberts denigre um conceito importante da teoria arquivística. Mais do que tudo, todo esse seu pensamento improdutivo recomenda uma outra abordagem sobre a teoria arquivística, decorrente da compreensão da natureza dos arquivos e de um processo racional para desenvolver métodos de tratar os arquivos com o objetivo de proteger suas características e seu valor intrínseco, e a fim de promover a sua utilização benéfica para todos e quaisquer fins.

Notas

¹ John Roberts, "Archival Theory: Much Ado about Shelving", *American Archivist* 50 (Winter 1987). p. 70.

² John Roberts, "Archival Theory: Myth or Banality?", *American Archivist* 53 (Winter 1990). p. 117.

³ Ibid., p. 112.

⁴ Ibid., e "Much Ado about Shelving", p. 71, onde ele cita Gregg D. Kimball, "The Burke-Cappon Debate: Some Further Criticisms and Considerations for Archival Theory", *American Archivist* 48 (Fall 1985). p. 372-73 em apoio à sua tese de que "não é razoável esperar que a comunidade arquivística esteja apta a formular teorias para habilitá-la a transcender suas amarras culturais".

⁵ Esta citação e as demais de Playfair e Mill vêm do *A New English Dictionary on Historical Principles*, 1^a edição (1901), [no verbete] "teoria".

⁶ As palavras são de Einstein, citado em Freeman Dyson, *Infinite in All Directions* (New York), p. 44, quando fala de variáveis e invariáveis na história da ciência.

⁷ O sociólogo Raffel, no decurso de uma investigação em documentos médicos de um hospital, expressa o ponto que quero chegar nestas duas instruções:

(1) Os eventos não são vistos como produzidos pelos documentos, mas os documentos são vistos como produzidos pelos eventos;

(2) Os eventos podem ocorrer e não serem documentados, mas os documentos não existem sem o eventos. Estas declarações revelam muito bem dois pontos importantes. Eventos ou atos produzem documentos, mas

nem todos os atos produzem documentos. Somente aqueles atos aos quais se fará referências adicionais produzem documentos. Por conseguinte, arquivos nunca são um registro completo das ações, mas apenas daquelas cuja memória é necessária. Isto sozinho acaba com a noção da capacidade dos arquivos de "documentar a sociedade" ou com a noção de fornecer um registro completo do passado. Stanley Raffel, *Matters of Fact: A Sociological Inquiry* (London, 1979), p. 24.

⁸ Luciana Duranti, "The Odyssey of Records Managers", *Records Management Quarterly* 23 (July 1989), pp. 3-11 and (October 1989), p. 3-11 apresenta esta história. Consulte também o seu artigo, "The Concept of Appraisal and Archival Theory", *American Archivist* (no prelo), onde ela discute os conceitos de memória perpétua e fé pública.

⁹ Sobre os diplomatas, consulte Luciana Duranti, "Diplomatics: New Uses for an Old Science", *Archivaria* 28 (Summer 1989), p. 7-27.

¹⁰ Frank Burke, "The Future Course of Archival Theory in the United States", *American Archivist* 44 (Winter 1981), p. 42-43.

¹¹ T.R. Schellenberg, *Modern Archives: Principles and Techniques* (Chicago, 1956), p. 11-16.

¹² Hilary Jenkinson, *A Manual of Archive Administration* (Oxford, 1922), p. 11-12.

Adendo²

Terry Eastwood

Em razão do momento em que foi produzido, o artigo acima explorou de maneira insuficiente tanto a teoria geral como a teoria arquivística. Este curto adendo visa fornecer um pequeno remédio para essa deficiência.

Primeiro, devemos fazer uma distinção entre teoria, que é exploratória, e discurso, que é determinístico. Como observa Wolfgang Iser, "o discurso estabelece limites e a teoria os rompe"³. Esta distinção ganhou relevância na literatura do campo arquivístico nos últimos anos, na medida em que muitos escritores, influenciados pelos discursos pós-modernista e pós-colonial, vêm tentando trazer ideias daquelas esferas de discurso para o discurso arquivístico. Neste processo, eles questionaram alguns dos conceitos discutidos neste artigo, mas não discutiram mais profundamente os aspectos teóricos desses conceitos. Ao contrário, estavam preocupados com questões como a situação dos arquivos na sociedade, para que serve a preservação dos arquivos, as tendências de suas práticas, e assim por diante. Esse discurso situa-se um pouco na linha da "filosofia social e política" nas questões arquivísticas sobre "as reivindicações conflitantes que pairam sobre os arquivistas acerca de política, lei, princípios éticos, valores morais, razão, método científico, poder tecnológico, questões epistemológicas da administração governamental, e sociedade" com

a qual Brien Brothman instou seus colegas arquivistas a "moverem-se da periferia para o centro do discurso arquivístico"⁴. Iser também observa que é possível que nós precisemos dessas formas contrastantes de discurso e teoria para lidar com a nossa realidade. No entanto, seria errado entender esse recente discurso arquivístico como teoria, mesmo que esse recente discurso no campo arquivístico tenha questionado os conceitos arquivísticos, que, sem dúvida, precisam de uma exploração teórica mais profunda.

Iser é um especialista em teoria literária, mas faz uma distinção útil entre a teoria *hard* das ciências físicas e a teoria *soft* das humanidades. Evidentemente, a teoria arquivística faz parte da categoria de teorias *soft*, as quais, diz Iser, "delineiam padrões" e usam metáforas como conceitos abertos. Tais teorias *soft* "são aceitas por parecerem razoáveis e não por serem testadas (como na teoria *hard*), e tal aceitação é mais frequentemente produto de sua relativa persuasão do que de uma decisão". Apesar dos questionamentos, a teoria orgânica dos arquivos – que, deve ser dito, necessita de uma exploração teórica adicional e de longo alcance – ainda permanece como a base fundamental para a prática arquivística no mundo. Por exemplo, as muitas práticas arquivísticas que prejudicam a imparcialidade e a autenticidade dos arquivos precisam ser entendidas como um sinal que deveria nos levar de volta a esses conceitos para articulá-los em termos mais matizados, mas isso não significa abandonar completamente esses conceitos. O debate não deveria ser sobre se o nosso campo tem uma teoria ou não, mas sim como ampliar a compreensão dos arquivos em função de nossas práticas. E, certamente, parte desse processo é aprofundar a teoria arquivística.

Vancouver, Canada
31 de outubro de 2013

² Quando autorizou a publicação da tradução para o português de seu artigo, Terry Eastwood escreveu e sugeriu a inclusão deste adendo com objetivo de atualizar a sua posição em relação ao texto original (nota do tradutor).

³ Iser, Wolfgang. *How to do theory*. Malden, Massachusetts, USA: Blackwell Publishing, 2006.

⁴ BROTHMAN, Brien. *Afterglow: Conceptions of record and evidence in archival discourse*. *Archival Science*, 2: 311-342, 2002.

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS ARQUIVOS PESSOAIS: CONHECER OS ARQUIVOS PESSOAIS PARA COMPREENDER A SOCIEDADE

Lucia Maria Velloso de Oliveira¹

RESUMO

O artigo discute o lugar dos arquivos pessoais na construção da memória coletiva e o papel da descrição na ampliação do uso desses arquivos, considerando os diferentes métodos que podem ser aplicados para a potencialização dos conjuntos documentais produzidos na vida pessoal.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Memória; Descrição arquivística; Métodos

Archival description and personal archives: knowing the personal archives to understand the society.

Abstract

The article discusses the place of personal archives in the construction of collective memory and the role of description in enlarging the use of archives, considering the different methods that can be applied to empower the collections produced in the personal life.

Keywords: *Personal archives; Memory; Archival Description; Method.*

1 Introdução

Os arquivos pessoais, apesar de não ocuparem um lugar privilegiado na formulação e implementação de políticas arquivísticas públicas, representam um conjunto relevante de registros que constituem parte da memória coletiva. Inúmeras questões são importantes para a análise do lugar que ocupam na construção dessa memória, mas vamos nos concentrar em dois aspectos que consideramos centrais:

- a. a especificidade da produção dos arquivos pessoais e a importância de sua preservação para a memória coletiva e compreensão da sociedade em sua pluralidade; e
- b. a descrição arquivística como principal meio promotor dos usos dos acervos e do reconhecimento, pela sociedade, da relevância dos arquivos.

O artigo apresenta as principais reflexões decorrentes do desenvolvimento do projeto de pesquisa *Arquivos pessoais de valor histórico*, dentro do Programa de Incentivo à Produção de Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura, da Fundação Casa de Rui Barbosa. O projeto, iniciado de forma institucionalizada a partir de 2008, reflete uma inquietação anterior decorrente do processo de disponibilização das informações sobre os acervos na *web* e das novas formas de pesquisa: sem a mediação do arquivista, o usuário vem indicando uma maior dificuldade de identificar o potencial dos arquivos quando diante de modelos tácitos de arranjo para arquivos pessoais ou de padrões de descrição.

Assim, o projeto tem como objetivo central - utilizando como campo empírico os arquivos e coleções sob a custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da instituição - a elaboração e implementação de uma metodologia de arranjo e descrição de arquivos pessoais e familiares fundamentada na reconstrução dos contextos arquivísticos, na representação dos acervos de forma a assegurar a expressão dos papéis sociais dos titulares, e em facilitar o atendimento ao usuário. A fundamentação teórica adotada está baseada nos princípios arquivísticos da proveniência, do respeito aos fundos e da ordem original. Os métodos mais utilizados são o quantitativo, o comparativo, a identificação arquivística, o tipológico e o indiciário. Ao longo do artigo, vamos falar sobre esses métodos e sua aplicação.

Como campo empírico, foi utilizado um conjunto de arquivos e coleções da FCRB, a saber: os arquivos de Américo Lourenço Jacobina Lacombe, Rui Barbosa, João Pandiá Calógeras, e as coleções Ubaldino Amaral, Coleção José Antunes Rodrigues de Oliveira Catramby e Família Barbosa de Oliveira.

¹ Doutora em História Social pela USP; Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF; Chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: luciamaria@rb.gov.br.

Na abordagem adotada para o desenvolvimento do projeto, a especificidade de cada acervo e de seu processo de produção se sobrepõe às práticas até então sacralizadas na área. A perspectiva do trabalho reconhece os arquivos como lugares e fontes possíveis para usos diversificados, mas seu eixo central está vinculado ao arquivo declarado como patrimônio cultural e histórico, e, assim sendo, como um lugar de memória, de identificação e de pertencimento.

2 Os arquivos pessoais e sua importância para a sociedade

Entendemos que ainda não está evidente para a sociedade como um todo, ou mesmo para o Estado brasileiro, a relevância da preservação do patrimônio arquivístico. A carência de iniciativas sistemáticas do Estado voltadas para a identificação, o recolhimento, o processamento, a divulgação, a conservação e o acesso aos acervos arquivísticos produzidos no ambiente público já indica o “não” lugar que ocupam os arquivos nessa conjuntura. A carência dos arquivos municipais, a célula mais próxima do cidadão em termos de instituição arquivística pública, é um indício do que estamos falando. Dos cerca de 5.600 municípios brasileiros menos de 2% (apenas cerca de 80) possuem arquivos municipais.²

Este cenário aparentemente dissociativo entre o Estado e os arquivos se apresenta como uma grande contradição, inclusive histórica, afinal os arquivos sempre estiveram associados ao Estado. Peter Burke, em seu livro *Uma história social do conhecimento*, analisa esse processo histórico. Segundo o autor, “Desde o tempo dos antigos assírios, se não antes, os governos estiveram interessados em coletar e armazenar informações sobre os povos que controlavam” (2003, p.110). Para Burke, no entanto, é na Idade Moderna, devido à centralização da administração, que os governantes passaram a necessitar de mais informações sobre a sociedade. (2003, p. 111). Os governantes precisavam de informações sobre nascimentos, mortes, casamentos, práticas religiosas, rendas, florestas reais, preços de produtos etc. A maior centralização criou a necessidade de um maior controle.

O autor afirma que, com a necessidade de maior produção de registros, os acervos reunidos pelos governos sofreram acréscimos significativos. Dessa forma, o Estado precisou resolver um novo problema: a construção de prédios específicos para a guarda desses documentos e o tratamento desses arquivos. Com a construção do lugar para os documentos, os encarregados por sua guarda e processamento deixam de trabalhar em suas

residências (que era o habitual) e passam a desenvolver suas atividades no prédio construído para tal fim. De acordo com Burke (2003), a grande organização dos arquivos ocorre na França, no século XVII, mas ressaltamos que se tratavam apenas de arquivos voltados para administradores, notários ou a realeza; não temos a perspectiva do arquivo orientado para a sociedade como um todo. Foi somente na Revolução Francesa que o acesso do público aos arquivos passou a ser garantido.

De acordo com Duranti (1996), em seu texto *Archives as a place*, na Revolução Francesa ocorre uma grande ruptura para os arquivos: eles deixam de existir apenas para os administradores e passam a ser de interesse da sociedade em geral. A partir dessa ruptura, o Estado passou a assumir a responsabilidade pela manutenção e pelo acesso aos documentos. Segundo a autora, o novo modelo francês que inaugurou o arquivo para o povo (grifo nosso) foi copiado por países que sofrem influência dessa revolução e, assim, vai-se delineando a responsabilidade do Estado em relação aos documentos com valor secundário³ acumulados no ambiente público.

Essa cisão é fundamental na compreensão dos “lugares” que os arquivos ocupam ou podem ocupar na sociedade. De acordo com o arquivista britânico Sir Jenkinson (1922, p. 11) os arquivos não são produzidos para a posteridade. A sua percepção traduz a história dos arquivos, como vimos, e também marca a relação que se constrói entre os arquivos e a sociedade. Para além das polêmicas contemporâneas em torno do pensamento do arquivista inglês, entre os consensos da área é que o documento de arquivo é evidência de atividades, de processos e de funções.

Para compreendermos melhor essa discussão é necessário contrapormos, ao valor secundário, o entendimento do papel do valor primário para os arquivos. O valor primário⁴ do documento está condicionado à razão da elaboração do mesmo e à sua função, considerando-se exclusivamente a perspectiva e os interesses do produtor do arquivo⁵, sendo, portanto identificável após a análise do documento e dentro de seu contexto de produção. É evidente e de vital importância para o produtor do arquivo. O valor secundário, por sua

² Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/66391/apoiadores.php>> Acesso em: 22 nov. 2013.

³ Entende-se valor secundário como “valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido”. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 172.

⁴ Entende-se valor primário como o “valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais”. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 171.

⁵ Entidade coletiva, pessoa ou família identificada como geradora de arquivo. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 84.

vez, é um valor atribuído ao documento. É externo a este, sendo um valor identificável a partir de significados externos ao contexto de produção do documento.

O valor secundário usualmente é reconhecido quando finda o valor primário. É Evidentemente, existem casos em que o documento já é produzido imbuído dos dois valores, como, por exemplo, atas, escrituras, a Constituição e a Lei Áurea. A discussão do valor secundário se dá a partir do reconhecimento de um potencial informacional em relação à compreensão de um determinado setor, segmento social ou outros recortes possíveis, dentro de um determinado período de tempo. O centro da questão não é mais o uso dos documentos para atender às demandas do produtor, seja ele pessoa física ou jurídica. O centro da questão se desloca para as demandas da sociedade, considerando o contexto de produção do arquivo, bem entendido.

Apesar da ruptura provocada pela Revolução Francesa e da implantação da proposta “dos arquivos para todos”, o historiador David Lowenthal, em seu texto *Archives, Heritage, and History* (2006, p. 194), diz que mesmo considerados “do povo” e essenciais para a memória nacional, as práticas de exclusão e restrição de acesso aos arquivos foram mantidas. Somente no mundo contemporâneo essa regra mudou. Mas, ainda segundo o autor, mesmo com o marco histórico da Revolução, e após mais de 200 anos, essa responsabilidade precisa ser lembrada de forma recorrente, e o próprio Estado parece não reconhecer a importância do controle dos documentos que produz.

Mas, se essa discussão sobre a preservação e acesso dos documentos não está plenamente resolvida no cenário dos arquivos públicos, como poderíamos analisar o lugar dos arquivos pessoais?

Antes, é preciso demarcar o ambiente de produção desses arquivos. Os arquivos pessoais fazem parte do mundo privado, portanto excluídos, por princípio, do contexto público. Dentro do segmento dos arquivos privados, os arquivos pessoais distinguem-se dos arquivos organizacionais. “Todas as sociedades produzem estranhos” disse Zygmunt Bauman (1998, p. 27), ao discorrer sobre a forma como as sociedades lidam com aqueles que não se encaixam em determinado cenário de reconhecimento dos que estabelecem os padrões. Os arquivos pessoais foram os “estranhos” da Arquivologia por muito tempo, passando a ser um problema de pesquisa e objeto de reflexão na literatura da área apenas a partir de meados do século XX.

No século XIX, os arquivos pessoais ganharam espaço na prática da arquivística francesa, inglesa e americana. Esse movimento foi impulsionado pelas sociedades históricas que passaram a reconhecer os papéis produzidos na vida privada como fonte para a pesquisa

do historiador. Ao longo do século XX, a posição desses arquivos se fortaleceu principalmente como resultado das grandes guerras e do receio da evasão ou perda desses registros. Um dos mecanismos encontrados pela sociedade para a preservação desse legado produzido no âmbito privado - e considerado de relevância para a memória - é a sua institucionalização, seja em bibliotecas, museus, arquivos de sociedades históricas, universidades, centros de documentação, instituições arquivísticas etc.

Thomassen (2012) afirma que a institucionalização representa, em certo sentido, a submissão dos arquivos de proveniência privada à metodologia utilizada para o tratamento dos documentos produzidos no cenário público:

Ao transferir arquivos pessoais para os seus repositórios, tenta-se consertar o que os produtores aparentemente podem ter quebrado, consertando as consequências do seu modo espontâneo de produção de arquivos, de sua falta de disciplina e de sua abordagem não sistemática na organização e gestão, e de seu desconhecimento das distinções entre documentos arquivísticos e de outros documentos e objetos. (p. 22).

Para efeito desse artigo, vamos adotar o entendimento proposto por Oliveira (2012) sobre arquivo pessoal:

Entendemos “arquivo pessoal” como conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo. (p. 33).

A institucionalização desses arquivos merece uma análise mais aprofundada em sua gênese, uma vez que estes são produzidos no contexto do exercício da individualidade. Esses arquivos representam a relação sujeito-sociedade e, a partir do processo de reconhecimento e significação “de” e “para” um coletivo, são instalados em um ambiente regulado de uma instituição. É, portanto, por meio da institucionalização, seja parcial (como, por exemplo, por meio de parcerias e comodatos⁶) ou total (com a transferência da custódia desses arquivos para instituições com o compromisso

⁶ Empréstimo gratuito por via contratual, com direito de uso por tempo predeterminado. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 53.

em relação à sua preservação e ao acesso) é que a sociedade pode assegurar que os documentos arquivísticos produzidos no âmbito da individualidade tornem-se mecanismos de identificação e de memória de um grupo.

Laura Millar, em seu artigo *Touchstones: Considering the relationship between Memory and Archives* discorre sobre a relação entre arquivos e memória e argumenta que:

Memórias são criadas por meio de um processo cognitivo. Nós recebemos informação sensorial; nós estocamos essa informação em nossas mentes; e nós recuperamos essa informação quando queremos nos lembrar de uma memória [...] (2006, p. 111, tradução nossa).

Para a autora, “os arquivos não são memórias, mas nós criamos ou guardamos documentos de arquivo para manter um pedaço de prova que nos permita lembrar de um evento” (2006, p. 115, tradução nossa).

Da passagem da individualidade para o coletivo, a autora canadense afirma que aquilo que nós preservamos “não são memórias, mas ferramentas usadas para subsidiar a criação, preservação e ressurgimento da memória individual, e, mais importante, sua articulação como parte de uma identidade compartilhada” (2006, p. 126, tradução nossa). A memória social, diz Millar (2006, p. 119, tradução nossa), é a memória “estruturada, emoldurada, organizada e usada ‘pelo’ e ‘para’ o benefício da humanidade”.

Castells (2003) afirma que:

Em um mundo de fluxos globais, riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. [...] No entanto, a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. (p. 41).

Para melhor entendermos a discussão, é importante reconhecer que a identificação somente ocorre quando nos deparamos com algo que conhecemos, que faz parte de nosso universo cognitivo e com o qual estabelecemos uma relação de pertencimento. Por sua vez, Assmann (1988) acredita que a “memória cultural preserva o estoque de conhecimento que deriva do reconhecimento de um grupo sobre sua unidade e peculiaridade”. E, sobre a relação entre a relação da memória e a identidade Pollack, afirma que:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (1992, p. 204, tradução nossa).

Margaret Hedstrom (2010), no capítulo *Archives and collective memory* do livro *Currents of archival thinking*, diz que

[...] entender as memórias individuais como “reconstruções” do passado tira a atenção dos mecanismos de uma abordagem cognitiva e foca em questões como a memória serve seletivamente a necessidade física do indivíduo por determinadas interpretações do passado. É útil pensar no escopo do estudo da memória como um processo que parte de como os indivíduos lembram em isolamento, para como o vasto contexto social e cultural influencia a memória do indivíduo, como grupos e comunidades forjam uma memória “social” ou “coletiva”. (p. 165, tradução nossa).

Para a autora, a memória coletiva é capaz de conectar o passado e o presente. E os arquivos, por sua vez, são mais valorizados quando “oferecem a única fonte para a compreensão de eventos e ideias há muito esquecidos, objeto de rumores, mas nunca comprovadas, ou reprimidas ou segregadas de alguma forma” (p. 176, tradução nossa).

É no universo circunscrito ao “eu”, que os arquivos pessoais são produzidos. Na dimensão do indivíduo, o processo de acumulação dos documentos que dará a origem a um arquivo representa a visão do indivíduo de si, do que entende como suas necessidades e, dessa forma, serão os registros de sua relação com a sociedade em seus distintos papéis.

O processo de construção da memória do indivíduo poderá contribuir para a construção da memória coletiva. Esse processo é dinâmico, ambivalente e complexo, porque a memória coletiva é também um dos elementos de experiência do indivíduo. Essa relação, apesar dos arquivos não se constituírem originalmente como memória, estará representada nos documentos acumulados pelo sujeito inscrito na sociedade. É importante lembrarmos que Giddens (2002, p. 9), ao falar sobre o “eu” destaca que este não é passivo, e que “os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações”.

Ainda sobre a discussão fenômeno da individualidade na formação dos arquivos pessoais, outro fenômeno merece ser estudado: a individualização no processo de transferência de custódia e suas implicações para o resultado final do que será de fato o arquivo pessoal a ser preservado.

O arquivo pessoal é resultado da condição humana e social de seu produtor, e é produzido em determinado contexto cultural. Mas outros processos individualizantes, distintos do universo do produtor, impactam o que poderá se constituir, de fato, objeto da memória coletiva.

Em geral, após o falecimento do produtor do arquivo, este fica condicionado às ações individuais, na medida em que os sucessores ou herdeiros - sem o conhecimento técnico-científico, e, portanto sem considerar o valor secundário dos documentos - interferem no produto do processo de acumulação do titular do arquivo. A seguir, citamos algumas das situações mais recorrentes com as quais nos deparamos em relação às ações dos sucessores ou herdeiros:

- a. descartam documentos, tomando, muitas vezes, como parâmetro, o olhar "censor imaginário" da sociedade para aqueles documentos;
- b. desmembram os arquivos a partir de um juízo próprio sobre as eventuais instituições de guarda, considerando as relações pessoais e de prestígio;
- c. destituem o arquivo de sua ordem original, na medida em que o manuseio dos documentos sem o devido cuidado promove a desestruturação da organização dada pelo titular;
- d. executam mais de uma das ações citadas anteriormente, acarretando a perda da integridade do arquivo e/ou a perda de sua ordem original.

Jennifer Meehan (2010, p. 42), em seu artigo *Rethinking original order and personal records* chama também a atenção para as intervenções que o próprio arquivista produz e que podem afetar a compreensão do arquivo como um todo, e sugere que o arquivista deve preocupar-se menos em seguir esquemas. E afirma que

O relacionamento entre o documento de arquivo e a atividade é a estrutura interpretativa para a compreensão e representação dos arquivos pessoais em toda a sua complexidade e em seus meios. Essa estrutura oferece ao arquivista os meios práticos de imaginar o desenvolvimento de um conjunto de circunstâncias (o *recordkeeping*⁷ pessoal, a história da custódia, a intervenção do arquivista) de um fundo específico, e permite que crie os relacionamentos internos e externos que dão sentido ao corpo do arquivo pessoal. (p. 44, tradução nossa).

⁷ Como não há um único termo em português que ofereça o significado para o termo em inglês, optamos por mantê-lo em sua língua de origem. O termo significa segundo Richard Pearce-Moses, em *A glossary of archival and records terminology* (2005): "A sistemática criação, uso, manutenção e destinação de documentos para atender as necessidades e responsabilidades administrativas, programáticas, legais e financeiras". (tradução nossa).

Em decorrência dessas ações que mencionamos, temos outro conjunto de documentos, diferente daquele que foi produzido pelo titular, e que muitas vezes pode ao final, ter perdido suas características como fundo e ter se transformado em uma coleção⁸.

A reflexão proposta evidencia os diferentes problemas que dominam o ambiente de manutenção desses arquivos pessoais. Além dos aspectos já analisados, existem outros elementos merecedores de atenção.

De todas as memórias, apenas uma parte integrará a memória de todos, isso é fato. A escolha dos conjuntos que farão parte da memória de todos se dará pela própria sociedade e por seus setores organizados, a partir de processos legitimados de reconhecimento dos arquivos de interesse público e social, significativos para cultura, história e para a ciência do país. A partir do reconhecimento, o caráter individualizante e desprovido de padrões e regulamentos que marca toda a constituição do arquivo pessoal cede lugar à coisa pública. A sequência de eventos após este reconhecimento implica em alguma forma de institucionalização do arquivo, seja porque passará a integrar o acervo de instituições arquivísticas públicas, centros de memória ou de documentação, como já comentamos anteriormente, seja porque, a partir do reconhecimento do valor do conjunto de documentos para a sociedade, não é mais o produtor ou seus sucessores que influenciam sua manutenção e sim a própria sociedade. É a institucionalização em qualquer dimensão que legitima o arquivo em relação à sociedade.

3 A descrição arquivística e a promoção dos arquivos

Não é suficiente assegurarmos o ingresso desses arquivos em um ambiente institucionalizado com o controle da sociedade. É importante que esses acervos sejam conhecidos pela sociedade como um todo. E não só isso, os segmentos sociais que decidiram sobre sua importância para o coletivo devem deter esse conhecimento.

Diante do quadro que apresentamos, ou seja, das distintas influências e interferências na constituição dos arquivos pessoais, a análise de seus documentos demanda que o arquivista aplique com rigor a fundamentação teórica da área e de sua metodologia, de forma a identificar as intervenções que o conjunto final de documentos sofreu e tentar suprir, no âmbito de suas pesquisas, os impactos na compreensão e significação do arquivo.

⁸ Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente. (ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 52.

A complexidade na formação dos arquivos pessoais, como já discutido anteriormente, se comparada ao universo dos arquivos institucionais, é muito maior. Mesmo para os fundos organizacionais que não são o resultado de programas de gestão de documentos, o ambiente organizacional - seus regulamentos, instruções, documentos como atas e relatórios, a legislação e demais instrumentos regulatórios, bem como a missão, estrutura e funções das organizações - oferece ao arquivista um conjunto de fontes para que identifique os documentos, ações, atividades e procedimentos aos quais estão relacionados, e os demais processos que acabam por definir o arquivo.

Como no ambiente da vida pessoal, esses atos regulatórios ou de documentação não existem, mas igualmente faz-se necessário identificar a forma como os documentos foram produzidos, seus vínculos e intervenções sofridas. Somente o compromisso com uma análise mais complexa, plural e que envolva uma combinação de métodos poderá oferecer como resultado a efetiva compreensão do arquivo. Essa outra forma de estudar a produção dos arquivos pessoais considera os elementos externos ao arquivo, e como se relacionam à identificação e inserção social do titular do arquivo. Por exemplo, os códigos sociais seguidos pela camada social a que pertence, os ritos reconhecidos pertinentes ao exercício de sua profissão e os principais atores dos círculos sociais que frequentou.

O significado desses arquivos para a sociedade como um todo depende fundamentalmente do trabalho do arquivista de: reconstrução das redes de relacionamentos em que o titular do arquivo transitou; identificação das funções sociais do produtor e de seus interlocutores na sociedade dentro de determinado tempo histórico; e de suas representações na forma documentária; análise do contexto arquivístico considerando os aspectos culturais, sociais e históricos, e de conteúdo dos documentos. A análise do somatório de todos esses elementos fará parte do processo de produção da descrição arquivística. E somente se comprometendo com a elaboração da descrição arquivística voltada para ampliar a visibilidade dos arquivos é que o arquivista poderá contribuir para a construção da memória.

Em nosso trabalho, vamos adotar a definição de descrição arquivística proposta por Oliveira (2012):

A descrição arquivística é uma representação formulada pelo métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. Um elemento fundamental para essa compreensão é o contexto arquivístico. (p. 44).

A seguir, vamos discutir os processos mais recorrentes de estudo do arquivo pessoal considerando-se que o objetivo magno é oferecer ao cidadão arquivos com os quais possam se reconhecer e que representem a sociedade em sua diversidade. Reconhecemos a outra função magna da descrição, que é o controle dos arquivos, mas salientamos que nesse artigo o foco é a relação da descrição dos arquivos pessoais com os seus usos.

Na literatura da área, Arranjo e Descrição caminharam juntos por muito tempo, e usualmente foram identificados como funções arquivísticas. Mas, nos últimos trinta anos, o quadro modificou-se quando a discussão da descrição começou a centralizar-se na questão de seus formatos e de normas.

Cada nível do arranjo documental representa um conjunto de documentos sob um mesmo vínculo de produção, que de forma hierárquica se relaciona com o fundo arquivístico objeto de estudo, e ainda, cada nível de relacionamento ocupa um "lugar" no processo de produção do fundo em si. A representação é um mecanismo artificial criado pelo arquivista que tem como principal objetivo produzir uma representação a mais fiel possível do conjunto de documentos que compõem o arquivo. Mas apesar dos relacionamentos entre os documentos normalmente serem representados de forma hierárquica vertical, do nível mais alto para a menor parte da representação, os documentos possuem uma vinculação horizontal e transversal com relação aos níveis de representação. Esses relacionamentos, horizontal e transversal, imperceptíveis na representação do arranjo, podem e devem ser recuperados na segunda representação dos arquivos elaborada pelo arquivista, a descrição arquivística, indicando o dinamismo e a singularidade da existência do produtor do arquivo.

No caso dos arquivos pessoais, esses conjuntos de documentos igualmente representam os personagens que se relacionam com os titulares dos arquivos e os lugares de encontro na sociedade (afetos, família, negócios, participação na sociedade civil etc.) entre o produtor do arquivo e seus contemporâneos. Cada unidade de descrição pode se tornar objeto de um estudo particular no processo de análise do contexto arquivístico, uma vez que consideramos a compreensão do contexto histórico e social em que esses personagens viveram como parte integrante da análise do arquivo como um todo. E cada uma dessas unidades, em suas peculiaridades, podem constituir fonte de pesquisa.

Ressaltamos que a análise deve considerar as duas dimensões da produção do arquivo: uma que identificamos como *micro*, circunscrita às pessoas, instituições e eventos relacionados diretamente à linha de vida do produtor, referenciada na documentação; e outra identificada como *macro*, que espelha a relação sujeito-sociedade, incorpora o estudo da sociedade inserida em um determinado período histórico, e corresponde à relação do

arquivo com o ambiente externo ao de sua produção. Essa percepção produz uma alteração significativa no processo de estudo do arquivo e enriquece a descrição arquivística como processo, resultando na elaboração de produtos de descrição que oferecem melhores soluções para a ampliação da visibilidade e, conseqüentemente, do uso dos arquivos.

É o programa descritivo e as escolhas em relação aos métodos a serem adotados para o estudo do arquivo que irão determinar a complexidade da pesquisa a ser desenvolvida pelo arquivista. Nesse processo, deve ser cuidadosamente observado o impacto dos vazios existentes no conjunto da documentação e o comprometimento que isso traz para a compreensão do arquivo.

Para alcançarmos uma compreensão do arquivo, é necessário identificar as conexões entre os documentos em suas distintas dimensões, como falamos anteriormente, e restabelecer as que se perderam, quando o seu impacto em relação ao conjunto trouxe relevante ruptura na produção de sentido sobre o mesmo. Enquanto seguimos esses passos, fazemos uso de outras áreas como Diplomática, Paleografia, Genealogia, e de métodos específicos da área como o da Identificação e da Tipologia. Mas também utilizamos outros métodos, como o Quantitativo, o Comparativo e o Indiciário, ou mesmo, e o que é mais comum, uma combinação entre eles.

Na atualidade, e em função da apropriação da tecnologia de informação e comunicação pelas organizações, profissionais e usuários, os arquivos ganharam uma maior visibilidade social. Mais e diferentes indivíduos procuram documentos para saber sobre sua vizinhança, família, profissão, personagens que admiram e com os quais se identificam; ou procuram os arquivos para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, como os que procuram imagens para composição de cenário, para publicação de um livro, ilustração de uma matéria jornalística etc.

Não trabalhamos mais apenas para os usuários especializados. Temos um público mais amplo. Ao divulgarmos os acervos no ambiente *web*, mesmo que de forma sucinta, encorajamos o público a pedir os documentos que preservamos ou suas cópias digitais. Estes novos usos dos arquivos ainda necessitam de mais estudo, e os resultados desses estudos precisam ser incluídos na agenda do programa descritivo de cada instituição.

É importante demarcar o que entendemos como programa descritivo:

[...] os elementos que norteiam a representação de um arquivo com vistas ao seu conhecimento, controle e acesso. O programa descritivo deve encontrar o equilíbrio entre as necessidades do usuário, a relevância do arquivo objeto de análise e as metas e infraestrutura do serviço ou da instituição arquivística. (OLIVEIRA, 2012, p. 17-18).

Assim, dando continuidade à discussão da problemática da descrição arquivística, na seqüência exemplifico como a pesquisa sobre os elementos externos à documentação e a análise de conteúdo contextualizada podem ampliar o uso dos arquivos.

A troca de correspondência entre as esposas de senhores de fazenda de produção de café - entre si, com seus maridos ou progenitores - pode se tornar fonte para o pesquisador que tem interesse pela questão da escravidão; pelo processo de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra do imigrante; pela integração dos imigrantes contratados para o trabalho nas fazendas; pelo modo de inserção do escravo no cotidiano das famílias e por sua interferência na educação das crianças dos donos das fazendas; pelo papel da mulher na sociedade etc. Como a carta de Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina à esposa Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina, em que este comenta a vacinação dos escravos da fazenda da família e a cena que presenciou de em sua viagem de trem de retorno à Campinas (SP). Segue transcrição de parte da missiva, tal qual no original:

[...] Aqui vive tudo em susto pelas bexigas que há em São Paulo, Campinas e Mogimirim. Mas nem assim vacinarão a gente (crianças) que ainda não o forão. Mande vir vacina. Hoje encontrei-me com os 15 escravos do Malheiro, com quem tinha estado ontem em São João. Berrarão no vagão, vociferando e amarrados aos bancos para não fugirem ou fazerem alguma tentativa. (CFBO SFJ DAAFJ 322. Fazenda Boa Vista, 06-11-1882. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa).

O hábito que as pessoas cultivavam de corresponder-se resultou em conjuntos de missivas que traduzem um modo de viver, de pensar e de olhar o mundo. Em um período em que não havia a diversidade de mecanismos de comunicação como hoje, são as missivas os principais canais de troca de informações. O costume de uma camada social de ler e responder suas cartas de forma sistemática e rotineira pode ser observado no conteúdo das cartas (muitos autores informam sobre os seus hábitos em relação à correspondência, identificam em qual período do dia em que as cartas são lidas e respondidas, com qual frequência se dedicavam a essa atividade, com quais pessoas mantinham uma rotina mais sistemática etc.) e também na distribuição dos espaços e na decoração da casa da família, com espaços e mobiliário dedicados exclusivamente para tal atividade.⁹ As potenciais questões de pesquisa citadas acima aparecem em descrições do dia a dia, tanto no discurso feminino quanto no masculino.

As missivas trocadas entre políticos de expressiva importância para o cenário do país, além dos comentários cotidianos e troca de amabilidades ou desafetos, também

⁹ Tal cenário é bastante observado em museus-casa.

registram as articulações referentes aos diversos eventos de interesse para a história do país e mesmo às relações internacionais do Brasil. É muitas vezes no contato pessoal e no ambiente privado que são tomadas decisões que se refletirão na política e na história.

Uma carta de denúncia de um cidadão a um político - comparando as condições físicas dos prisioneiros de uma embarcação¹⁰ que chega à região Amazônica aos escravos em senzalas, também informa sobre a escolha dos homens por parte dos seringueiros, e sua entrega ao acampamento da Comissão (Rondon) para que trabalhem em péssimas condições, com promessas de liberdade e salários, enquanto as mulheres foram expulsas e acabaram se prostituindo - por sua vez, de certo modo, contradiz o relatório oficial do capitão dessa mesma embarcação, que não descreve o cenário dos prisioneiros de forma tão completa e detalhada.

A história do "Satélite", o navio fantasma, é qualquer coisa de monstruosa. É difícil encontrar uma palavra que defina a viagem do cargueiro do Lóide Brasileiro, que transportou os rebeldes do "Batalhão Naval" e dos vasos-de-guerra, fuzilando-os sumariamente em alto mar, a partir da saída do paquete da baía de Guanabara, na noite do Natal de 1910. Outros tombaram assassinados nas selvas do Amazonas. (MOREL, 1979, p. 161).

O relato do capitão informa sobre suas atividades e o cotidiano no navio - atento às suas funções e obrigações, sem julgamento de valor, ou estranhamento; apenas cuidando do registro de sua missão, sem nenhuma preocupação com o possível uso futuro do documento para a história do país - é um exemplo emblemático do que Jenkinson definiu como a qualidade da imparcialidade do documento de arquivo.

Esse é também um bom exemplo da explicitação da contradição que pode existir nos documentos. Os arquivos produzidos no ambiente organizacional tendem a apresentar uma representação oficial, enquanto os arquivos produzidos na vida privada podem oferecer uma versão não oficial de mesmos eventos. Mas assegurar a preservação aos dois discursos não é suficiente; é preciso garantir que os pesquisadores transitem e analisem as fontes nessa ambivalência e riqueza.

Poderíamos fazer uso de inúmeras situações e analisar várias vozes e histórias que se escondem nos arquivos. Se focarmos apenas na pesquisa do titular dos arquivos, esquecendo as outras vozes que ali estão, não estaremos ampliando os usos dos arquivos.

Para a promoção dos arquivos e uma maior aproximação com a sociedade, o profissional deve considerar que a função da descrição arquivística é maior do que a discussão

dos formatos dos instrumentos de pesquisa, e que o usuário de hoje mudou sua forma de pesquisar e de solicitar aos arquivos. Hugh A. Taylor, em seu artigo *Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift?* (1987-1988) já indicava as principais questões que impactariam a profissão a partir do crescente uso da tecnologia: a cultura, os próprios documentos, os computadores, os usuários e o próprio arquivista. Os usuários somente vão encontrar os materiais para as suas pesquisas se esses estiverem disponíveis; e, na atualidade, disponível também quer dizer *on-line*.

É claro que todo o processo de descrição e seus resultados serão sempre uma segmentação; nunca poderemos dar conta da totalidade. Apenas, após a análise da documentação e do contexto social e histórico, poderemos definir o recorte a ser feito. É no processo de produção das representações dos arquivos que arquivistas têm a oportunidade de ampliar os usos e usuários dos arquivos e contribuir assim para a construção da memória da sociedade.

Num contexto em que cada vez mais a relação com o usuário está mediada pela tecnologia, torna-se crucial a dedicação à pesquisa para a compreensão dos arquivos e para a elaboração de suas representações visando à aproximação com o usuário. A tecnologia propicia que seja estabelecida uma nova ordem para a noção de tempo e para o trabalho arquivístico. O acesso rápido, objetivo do usuário, implica para o arquivista o emprego de mais tempo na elaboração dos conteúdos que farão parte dos instrumentos de pesquisa, e, consequentemente, de maior dedicação à pesquisa arquivística. O novo tempo indica que precisamos trabalhar mais na produção de conhecimento sobre o arquivo, na construção de pontos de acesso e na criação e alimentação de ferramentas de acesso de forma a assegurar um menor tempo de pesquisa para o usuário.

Se, antes, os usuários ficavam meses nos arquivos, lidavam com as caixas e pacotes - pois os instrumentos de pesquisa em geral não informavam sobre a peça ou item documental e ficavam à mercê da negociação com o arquivista - a partir das informações disponíveis *on-line*, e com a cultura da *web*, os usuários querem passar menos tempo nos arquivos, ou mesmo preferem ser atendidos à distância, e sua busca é preferencialmente, e pontualmente, por assunto.¹¹ Podemos ajudar mais os usuários se tornarmos públicas nossas pesquisas sobre os arquivos, e essa atitude contribuirá para que seja garantida maior visibilidade à complexidade de nossa função.

Nesse artigo, não pretendo esgotar a questão da escolha dos métodos de análise dos arquivos pessoais, mas pretendo abordar alguns devido à sua importância. Em primeiro

¹⁰O caso da viagem do navio *Satélite* (25 de dezembro de 1910 a 4 de março de 1911).

¹¹Pesquisa realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa, no período de 2010 a 2011, apontou Assunto com 51% da preferência dos usuários como forma de busca (OLIVEIRA, 2013, p. 330).

lugar, se pretendemos dar maior visibilidade aos arquivos, e procurar complementar por meio dos resultados de nossas pesquisas os hiatos criados nos processos pelos quais os arquivos passam antes de seu ingresso em instituições com o compromisso com a preservação e acesso aos acervos, precisamos definir como estabelecer o quê, entre o conjunto de documentos, deverá ser objeto de uma pesquisa mais acurada.

Esse processo decisório, um dos mais complexos, transita entre o passado-presente-futuro. É no momento da produção de conhecimento sobre o arquivo, com o devido distanciamento histórico para se identificar os personagens, temas e eventos de importância para a compreensão do período histórico em que o arquivo se insere, que essas escolhas ocorrem. Não vamos entrar no mérito adivinhatório, mas toda essa reflexão deve vislumbrar o uso do arquivo no presente, mas também pelas gerações futuras. Nesse sentido, é fundamental a explicitação dos parâmetros escolhidos para nortear a pesquisa e o que deve se tornar visível ao usuário.

Para prosseguirmos é importante esclarecer um conceito que permeia muitas das funções arquivísticas, o da Identificação:

A Identificação é uma tarefa de pesquisa sobre a gênese do documento de arquivo, desenvolvida no início do tratamento documental para definir requisitos normalizados de planejamento das funções que sustentam o tratamento técnico documental, seja no momento da produção ou da acumulação (produção, classificação, avaliação e descrição). (RODRIGUES, 2011, p. 1).

No âmbito da descrição em arquivos pessoais, o método da identificação se aplica fundamentalmente na produção de conhecimento sobre o gerador do arquivo e sobre suas funções na sociedade. Inevitavelmente, a identificação de documentos de autoria, ou endereçados “para” ou “sobre” personagens já consagrados pela sociedade como um todo, ou por um de seus setores, será igualmente aplicada para a produção de conhecimento sobre esses interlocutores do produtor do arquivo. Nessa fase do trabalho, são produzidos minimamente: uma linha do tempo do produtor onde suas funções sociais e relacionamentos são sistematizados e inseridos no tempo e no espaço, sua biografia e a de outros nomes relevantes para a compreensão de seu lugar social e de seus relacionamentos, e histórias administrativas das instituições onde atuou, com especial destaque para o período em que ocupou alguma função.

Outro parâmetro relevante é a existência de registros “de” ou “sobre” eventos ou temas já identificados pela sociedade como de interesse para a história, a cultura ou a ciência. Na construção do contexto macro discutido anteriormente, é essencial que sejam elaborados textos explicativos.

Mas, retornando à pergunta anterior, sobre como definir o que é relevante (o que merece mais detalhamento na pesquisa ou destaque na indexação e na definição dos pontos de acesso, considerando o foco no usuário), devemos, além de considerar a organização do arquivo, inserir no processo uma análise quantitativa que contemple:

- a. a identificação de documentos de autoria, endereçados, referências de indivíduos, instituições e eventos já consagrados pelos especialistas e pela sociedade, que estejam representados explicitamente ou implicitamente, na documentação;
- b. a identificação de temáticas de relevância expressas explicitamente ou indicadas de forma implícita, levando-se em conta a natureza do arquivo, a instituição custodiadora e o contexto de produção do arquivo;
- c. a recorrência com que esses indivíduos, instituições, eventos e temáticas aparecem na documentação.

Depois de concluída a análise quantitativa dessas informações, a equipe poderá definir com maior segurança e objetividade, quais os indivíduos, instituições, eventos e temas deverão receber maior ou menor destaque no decorrer da descrição arquivística e na construção dos pontos de acesso, compartilhando com o usuário a produção de conhecimento sobre o arquivo.

Já falamos da aplicação do método da identificação e do quantitativo. A seguir, vamos discorrer sobre um dos métodos mais utilizados no processo de estudo dos arquivos pessoais visando a sua descrição, mas que vem sendo pouco mencionado na literatura da área: o indiciário.

Ginzburg (2012) apresenta com precisão o surgimento do que identifica como modelo epistemológico ou paradigma, que tem sua origem no método “morelliano” (Giovanni Morelli) de estabelecer a distinção entre originais e cópias de quadros a partir de “pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia [...]” (p. 144). O método de Morelli será comparado adiante ao método de solução dos casos de Sherlock Holmes, personagem criado pelo autor escocês Arthur Conan Doyle. “O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria.” (p. 145) E, mais adiante, encontraremos a influência do método de Morelli, segundo ainda Ginzburg, na formação de Freud, leitor do autor italiano:

É o próprio Freud a indicá-lo: a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais,

“baixo”, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano. (GINZBURG, 2012, p. 150).

Como já vimos, as circunstâncias de produção de um arquivo pessoal diferem enormemente das circunstâncias em que se produz um arquivo no ambiente de uma organização. Assim é no universo dos arquivos pessoais, onde:

- a. as regras de comunicação são estabelecidas por um código social que, na intimidade, muitas vezes é ignorado;
- b. nos séculos XVIII, XIX e início do XX, era comum que as famílias fossem numerosas, e era igualmente comum a existência de homônimos no mesmo círculo familiar;
- c. no período mencionado no item anterior (2), as famílias abastadas casavam entre si;
- d. as mulheres, ao se casarem, muitas vezes assumiam apenas o nome do esposo e os filhos, o nome do pai;
- e. as famílias abastadas optavam por um universo restrito em termos de ocupação de trabalho. Por exemplo, seguiam os negócios da família ou optavam por jornalismo, diplomacia, política, medicina e advocacia.

Seguimos os indícios procurando reconstruir o sentido do conjunto dos documentos. No início do artigo, já discutimos uma série de interferências que os arquivos pessoais sofrem. Mas esses elementos acima mencionados também contribuem para que se formem grandes lacunas na compreensão dos relacionamentos entre os documentos.

Essas lacunas podem induzir o trabalho a uma solução tradicionalmente aplicada na área, a limitação à elaboração de textos que reúnem um conjunto de documentos, mas que efetivamente não auxiliam o pesquisador. No caso de arquivos pessoais, onde falamos de conjuntos que, comparados aos arquivos institucionais, têm pouca expressividade em termos de dimensões, é possível oferecer ao pesquisador uma informação mais qualificada. Para tal, é necessário que realizemos um trabalho de pesquisa que identifique os homônimos, os pseudônimos, os apelidos, os eventos em seu tempo histórico, e os eventos sociais e históricos diretamente relacionados ao produtor ou aos seus principais interlocutores; e que possamos estabelecer as devidas relações entre as informações coletadas.

Muitas serão as pistas que o arquivista deverá seguir para suprir essas lacunas e produzir sua compreensão sobre os arquivos, como: análise dos brasões, marcas d'água, estudos de genealogia, assinaturas, caligrafia (ao longo do tempo), emblemas, títulos e cargos, conteúdo (informação significativa sobre um detalhe ou especificidade), os sinais de luto, os enlases, a forma de tratamento, a linguagem, os códigos íntimos e diversos outros elementos para que possamos compreender o arquivo.

Nessa etapa, estudamos o documento em sua individualidade. A partir dos resultados, traçamos um conjunto de explicações que nos levam a deliberar sobre uma série de questões e lacunas, como a vinculação de um documento com os demais, por exemplo. Remontamos uma realidade longínqua no tempo e no espaço – aquela vivida pelo produtor do arquivo. Utilizamos a Paleografia, deciframos datas, localidades, parentesco, atividades econômicas, afetos e desafetos; seguimos pistas a partir da leitura da intimidade. E, como disse Ginzburg: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la” (2012, p. 177).

Por fim, vamos analisar a importância de outro método, a análise tipológica.

Como já dissemos o processo de produção dos arquivos pessoais não é inserido em um contexto de normas ou padrões explicitados, mas traduzem códigos ou referências do momento histórico em que são produzidos e são relevantes para o entendimento do arquivo e dos personagens que redigem, recebem ou são mencionados nos documentos.

Dentre os principais problemas apontados por Camargo (2008) no decorrer da descrição dos arquivos pessoais está a variedade de tipos documentais ainda não reconhecidos na área. A análise tipológica tem como objeto de estudo o tipo documental e permite estabelecer a relação entre os documentos com as atribuições, competências, funções e atividades do titular de um arquivo. No cenário dos arquivos pessoais, possibilita a percepção do comportamento social e de polidez, e que sejam identificados os modelos de homogeneização das ações e atividades sociais, as demonstrações dos sentimentos, e os pensamentos que foram traduzidos em registros arquivísticos.

A identificação dos tipos documentais é importante para o processo de pesquisa do usuário, pois os tipos se constituem pontos de acesso em potencial. Por exemplo, o pesquisador que analisa a questão do nepotismo pode utilizar o tipo documental “carta de pedido de emprego” como termo para sua busca; o pesquisador que estuda a culinária no século XIX pode se beneficiar do acesso aos “Cardápios” distribuídos aos participantes das festas de casamento, de bodas de prata etc.; e aquele que busca

elementos para compreender o imaginário relacionado à morte, poderá fazer uso dos elementos representados nos "Avisos fúnebres".

Os documentos produzidos no âmbito da vida pessoal são regulados pelas normas tácitas de civilidade e polidez que expressam os relacionamentos entre os diversos pares do titular do arquivo, entre si e com o próprio, as circunstâncias sociais, os eventos, os atos etc. O estudo da tipologia não só permitirá delinear modelos de registros e formas de comunicação entre as pessoas, bem como os comportamentos aceitos socialmente nas situações propostas como objeto de estudo (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

No texto, apresentamos os métodos que utilizamos com mais frequência no processo de descrição de forma sistemática e em separado. Mas, no cotidiano, podemos aplicar esses métodos separadamente ou combinados.

A aplicação dos métodos fundamenta o trabalho da descrição e, por sua vez, fornecem a segurança para o desenvolvimento do trabalho do arquivista, que, munido do conhecimento do arquivo, poderá promover os seus usos e induzir a criação de novos usuários.

4 Conclusão

Os arquivos pessoais oferecem à sociedade novas perspectivas da própria sociedade, sob o olhar do privado e da intimidade, bem como oferecem diferentes discursos que muitas vezes conflitam ou complementam os discursos oficiais ou institucionais. E, dialeticamente, apenas quando inseridos na institucionalidade, e assim desprovidos de seu caráter individualizante, é que esses arquivos podem constituir também a memória da sociedade.

Mais e mais instituições de diferentes perfis e missões têm aberto os seus depósitos para a preservação de arquivos pessoais de políticos, escritores, cientistas e também dos grupos minoritários. Esses arquivos trocam de ambiente: do pessoal para o institucional, do individual para o coletivo.

A complexidade dos arquivos pessoais ultrapassa a questão de sua constituição e institucionalização. A primeira dificuldade está na identificação desses arquivos gerados na intimidade e que podem produzir um significado para a sociedade, ou para um de seus segmentos, que justifique sua institucionalização, preferencialmente em um espaço público, onde o cidadão terá garantido o seu acesso a esse legado.

Vimos também que os arquivos pessoais guardam a identidade e memória do indivíduo; espelham a intimidade, a privacidade e também diferentes facetas sociais. Demonstram também quem as pessoas foram, o quê conquistaram e testemunharam. Mas, para que possam fazer parte da memória social, precisam se institucionalizar. David Bearman, em seu trabalho *Archival methods*, fala sobre um dos desafios do arquivista:

A memória da sociedade não é um documento morto, mas uma ferramenta na contínua reinvenção da cultura. O documento é a semente de uma cultura em desenvolvimento, é a fonte de identificação de indivíduos com o seu estado e sua sociedade. O documento também detalha as obrigações dos indivíduos para com o estado e para com a sociedade, e a *accountability*¹² das instituições sociais com o indivíduo. Na imediata necessidade que a cultura tem por sua própria memória está o terceiro maior desafio da profissão do arquivista – assegurar o uso das evidências culturais para a contínua construção da cultura. (BEARMAN, 1989, sem página, tradução nossa).

Continua o autor, em relação ao papel do arquivista e sua relação com o usuário:

[...] nós precisamos entender melhor a natureza do documento cultural em si e suas conexões com as atividades sociais. Precisamos explorar sua estrutura interna e seus usos. Precisamos desenhar sistemas para a sua recuperação que ofereçam acesso à sua variedade de perspectivas e que permitam aos usuários se movimentarem entre visões no desenvolvimento de suas pesquisas. Mas a promessa desse esforço é que cada um de nós pode contribuir, a nível local, em nossos cenários, de forma única e com ricos resultados. Precisamos desenvolver mecanismos de divulgação que vão além de aceitar usuários e que signifiquem solicitar o seu envolvimento ativo. (BEARMAN, 1989, sem página, tradução nossa).

A descrição arquivística, em especial nos arquivos pessoais, é muito mais do que os seus produtos. A predominância do discurso da norma enfraquece o potencial informacional desses arquivos. A descrição dos arquivos pessoais refere-se a identificar, analisar, reconstruir, compreender e elaborar representações que tornem os arquivos mais acessíveis e que os usuários possam explorar suas conexões, seus significados e se reconhecerem. A descrição arquivística permite que os arquivos sejam reinventados pelos arquivistas, pelos usuários e pela sociedade.

¹² Como não há um único termo em português que ofereça o significado para o termo em inglês, optamos por mantê-lo em sua língua de origem. O termo significa, segundo Pearce-Moses, em *A glossary of archival and records terminology* (2005) "a habilidade de responder por, explicar, ou justificar ações ou decisões pelas quais um indivíduo, organização ou sistema é responsável" (tradução nossa).

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. (Publicações técnicas, 51).

ASSMANN, Jan. **Collective Memory and Cultural Identity**. Tradução: John Czaplicka. Disponível em: <<http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/95AssmannCollMemNGC.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998. 272 p.

BEARMAN, David. **Archival methods**. In: ARCHIVES and Museum Informatics Technical Report #9 (Pittsburgh, Archives and Museum Informatics, 1989). Disponível em: <http://www.archimuse.com/publishing/archival_methods/#ch6>. Acesso em: 01 jan. 2014.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 241 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**: publicação oficial da AAB, v. 7, n. 2, p. 5-10, jul./dez., 2008.

DURANTI, Luciana. Archives as a place. **Archives and Manuscripts**, v. 24, n. 2, p. 242-255, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. 233 p.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 281 p.

HEDSTROM, Margaret. Archives and collective memory. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Ed.). **Currents of archival thinking**. Santa Barbara, Calif.: Libraries Unlimited, 2010. p. 163-179.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: Oxford University Press, 1922. 243 p.

LOWENTHAL, David. Archives, Heritage and History. In: BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (Ed.). **Archives, documentation, and institutions of social memory**: essays from the Sawyer Seminar. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006. 193-206 p.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Trad. de Helena Vilar Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999. 206 p.

MEEHAN, Jennifer. Rethinking Original Order and Personal Records. **Archivaria**, Ottawa, n. 70, p. 27-44, 2010.

MILLAR, Laura. Touchstones: Considering the relationship between Memory and Archives. **Archivaria**, v. 61, p. 105-126, 2006. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12537/13679>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 271 p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Análise tipológica dos documentos em arquivos pessoais: uma representação do código social. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. 14 p. Programa de Iniciação Científica (PIC) – 2010/12.

_____. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges (Org.) **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. 560 p.

_____. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171 p.

PEARCE-MOSES, Richard. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação Arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/44/81>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

TAYLOR, Hugh A. Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift? **Archivaria**, Ottawa, n. 25, p.12-28, 1987-1988.

THOMASSEN, Theo. Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado. **Arquivo & Administração**: publicação oficial da AAB, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012.

IDENTIFICAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS EM ARQUIVOS PESSOAIS: ESTUDO NO ARQUIVO DO FÍSICO JOAQUIM DA COSTA RIBEIRO

Márcia Cristina Duarte Trancoso¹
Maria Celina Soares de Mello e Silva²

RESUMO

Apresenta um estudo preliminar de identificação dos tipos de documentos textuais no arquivo pessoal de Joaquim da Costa Ribeiro, acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), como resultado de pesquisa mais ampla sobre tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas coordenada pelo Arquivo de História da Ciência do MAST.

Palavras-chave: Tipologia documental; Arquivo pessoal; Ribeiro, Joaquim da Costa; Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Identification of document types in personal archives: study on archives of the physicist Joaquim da Costa Ribeiro

Abstract

Presents a preliminary study to identify the types of textual documents in the personal archives of Joaquim da Costa Ribeiro, of the Museum of Astronomy and Related Sciences (MAST), as a result of broader research on document types in personal archives of scientists coordinated by History of Science Archives of MAST.

Keywords: Document types; Personal archives; Ribeiro, Joaquim da Costa; Museu de Astronomia e Ciências Afins.

1 Introdução

O estudo das espécies e tipos documentais vem sendo utilizado cada vez mais na prática da organização de arquivos, já que traz grandes contribuições para arquivistas e para pesquisadores, enquanto usuários dos arquivos, pois permite realizar uma identificação minuciosa do documento. O estudo tipológico analisa o documento e a configuração da informação, atrelando a forma física ao conteúdo do documento. Além disso, procura estudar o documento enquanto integrante de um conjunto orgânico, levando em conta a atividade que o gerou. O estudo tipológico também procura identificar a denominação adequada dos nomes dos documentos, considerando o contexto onde estão inseridos.

Este artigo visa apresentar um estudo preliminar de identificação dos tipos de documentos textuais no arquivo pessoal de Joaquim da Costa Ribeiro, acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). É fruto de pesquisa mais ampla sobre tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas, coordenada pelo Arquivo de História da Ciência do MAST.

O estudo tipológico é utilizado pelos arquivos como metodologia para a identificação, classificação e descrição de documentos, bem como para a elaboração de instrumentos de pesquisa. Segundo Heredia Herrera (2007, p. 27), o tipo documental é indispensável no momento da descrição, colaborando na representação adequada das unidades documentais, das séries e das subséries.

O estudo tipológico tem sua origem na diplomática, surgida no século XVII, com o intuito de avaliar a autenticidade de documentos antigos da Santa Sé (governo central da igreja, jurisdição eclesiástica do Papa), relacionada ao direito patrimonial de terras da igreja. As hagiografias, diplomas e documentos medievais foram submetidos à análise cuidadosa dos clérigos, que contestaram grande parte deles como não autênticos. A Diplomática

em sua forma clássica objetiva julgar e identificar se o documento, manuscrito ou impresso, antigo ou recente, é autêntico, falso ou falsificado, além de analisar sua tipologia (LEAL; SIQUEIRA, 2011, p. 13).

Nos séculos XVIII e XIX a técnica de análise documental promovida pela diplomática era utilizada no auxílio a outras áreas do conhecimento, como o direito e a história, que tratavam do tema em seus cursos. Os estudos da diplomática do século XVII ao XIX traduzem o contexto de dúvidas quanto à autenticidade de documentos antigos. Para Richter e Araújo (2007, p. 221), a diplomática é a

¹ Arquivista e especialista em Preservação de Acervos de C&T; Bolsista CNPq do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

² Doutora em História Social, mestre em Memória Social, especialista em Documentação Científica e arquivista do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

ciência documentalística que estuda o documento em toda sua integridade, sem limitação de época, conteúdo, espaço geográfico, procedência ou solenidade, analisando-o criticamente nos caracteres que o configuram. Aborda a gênese, estrutura, modo de tradição, utilizando método para demonstrar sua autenticidade e estabelecer sua categoria e seu valor testemunhal.

A técnica de análise diplomática é, segundo Bellotto (2002) e Duranti (2005), a separação em partes distintas do documento diplomático, a fim de analisá-las separadamente, categorizando todo e qualquer elemento que será estudado. A decomposição define os elementos intrínsecos (conteúdo – língua, linguagem etc.) e extrínsecos (forma – verificação do tipo de papel, tinta, letra etc.) constituintes do documento. Neste sentido, Bellotto (2008, p. 75) afirma que o elemento inicial é a decodificação do próprio documento.

Analisando-se tanto o conteúdo, quanto a configuração com que este conteúdo se apresenta no documento, é possível identificar a autenticidade. Além disso, a lógica da produção documental da administração pública, onde a mesma função gera o mesmo documento, permite que se faça a ligação entre a diplomática e a arquivística, como será visto mais adiante.

No século XX, a administração pública, detentora dos documentos oficiais, beneficiou-se da diplomática para traduzir os atos administrativos, pois estes ficam condicionados aos aspectos formais também por razões de autenticidade. A massa documental gerada pelos atos administrativos cresceu exponencialmente, exigindo por parte das entidades (instituição/pessoa) um planejamento para o gerenciamento dos documentos, o que, conseqüentemente, provocou mudanças em seu conceito original. A diplomática passou a ser considerada como

um sistema de conceitos e métodos, originalmente desenvolvido nos séculos XVII e XVIII, com o objetivo de provar a autenticidade dos documentos. Com o passar do tempo, evoluiu para um sofisticado sistema de idéias sobre a natureza dos documentos, sua gênese e composição, suas relações com as ações e pessoas ligadas a eles e com seu contexto organizacional, social e legal (MACNEIL apud DURANTI, 2005, p. 3).

Para Rodrigues, citando Tallafigo, a diplomática é uma disciplina atual, uma ciência aplicada e técnica jurídica, já que na contemporaneidade é muito importante possuir um conjunto de regras sistematizadas para que se possam discernir os documentos legítimos dos falsos (TALLAFIGO apud RODRIGUES, 2008, p. 158).

Na segunda metade do século XX, a crescente necessidade de identificação da autenticidade dos documentos, a partir da ligação que estes mantêm com a atividade que

os gerou, revelou o importante papel da diplomática nos estudos dos documentos hoje desenvolvidos pela arquivística.

2 A Tipologia Documental e os arquivos pessoais

A arquivística vem utilizando a diplomática, por meio da tipologia documental, nos processos de organização de documentos de arquivo e na construção de séries orgânicas. Segundo Bellotto (2008, p. 93), o laço que se firmou entre a arquivística e a diplomática resultou na “diplomática arquivística” ou “tipologia documental”, que só veio enriquecer a metodologia e a prática de ambas as áreas. Assim, a tipologia documental é o estudo mais detalhado do documento e sua característica física (formato, escrita, matéria), vinculada à atividade que lhe deu origem. Esta composição permite compreender melhor a lógica orgânica dos conjuntos documentais, relacionando-os às suas competências, sejam elas administrativas, jurídicas ou outras.

A aplicação da análise diplomática nos documentos convencionais e sua adaptação em modelos de criação de documentos eletrônicos foi o foco da pesquisa coordenada por Luciana Duranti, entre 1994 e 1997. Um dos frutos desse projeto foi a publicação, em 2005, do artigo intitulado *Proteção da integridade dos documentos eletrônicos: uma visão geral do Projeto de Pesquisa da UBC-MAS*, inserido no *Programa de Mestrado em Estudos Arquivísticos*, da Universidade British Columbia. O prestígio conquistado por Duranti com este trabalho, no Canadá e nos Estados Unidos, foi ressaltado por diversos autores, entre eles Rodrigues, que enfatizou a importância do novo estudo:

Uma nova abordagem do uso da diplomática aplicada ao estudo dos documentos eletrônicos, discutindo especificamente o momento de sua produção. O conhecimento teórico por ela divulgado como resultados de pesquisas científicas, projeto cujo escopo era entender o conceito e o método da diplomática e suas interações com os princípios e conceitos arquivísticos, a tornou um marco referencial na área (RODRIGUES, 2011, p.110).

Em seu trabalho, Duranti indicou os conceitos e os princípios arquivísticos que devem ser observados na formação, organização e utilização dos arquivos, dando ênfase à constituição dos documentos. O estudo mostrou que os

documentos são constituídos por partes, com características externas, como forma³, e internas, como conteúdo e linguagem.

A diplomática e a arquivística têm em comum o objeto de estudo – o documento. Contudo, existem diferenças nas práticas das duas disciplinas, com impactos teóricos e metodológicos: a diplomática trata o documento isoladamente, examinando minuciosamente suas partes para estudá-lo; a arquivística trabalha o documento dentro de um conjunto onde os documentos se relacionam entre si, formando um conjunto coerente e coeso, ou seja, um conjunto de documentos contextualizados. Os documentos arquivísticos são orgânicos porque trazem em si as relações das competências, das funções e das atividades desempenhadas por uma entidade (instituição ou pessoa).

Devem ser reveladores das atividades efetivamente desenvolvidas pelas instituições (ou pessoas) ao longo da sua existência, revalorizando, desse modo, os elementos informais (ao lado dos normativos) como único meio de inserir corretamente os documentos em seu contexto de produção, permitindo assim uma interpretação histórica nos moldes propostos pelo perspectivismo histórico. O estabelecimento de tipologias documentais é fundamental para que esse processo possa ocorrer, representando os primeiros passos em um vasto caminho (LOPEZ, 1999, p. 78).

Para Rodrigues (2008, p. 22), o trabalho de investigação científica para a coleta de dados é uma fase preliminar e necessária para o cumprimento das funções arquivísticas de identificar, classificar e descrever a produção documental. Para tanto, a identificação é a primeira etapa a ser cumprida. Segundo a autora, a identificação consiste em estudar analiticamente o documento e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja na fase da produção ou da acumulação.

Para Bellotto (2008), o conhecimento prévio das atividades e das competências é essencial para a organização e disseminação da produção documental de uma entidade (instituição ou pessoa). Só assim será possível entender o porquê da escolha das tipologias documentais adequadas para comprovar competências, funções e atividades de determinado arquivo.

A fixação do tipo documental depende primeiramente do reconhecimento da espécie documental, que é o modelo expressado pelas características internas e externas do documento. Considera-se espécie documental “a configuração que assume um

³ Para Duranti (2005, p. 2), a forma é “o conjunto das regras de representação utilizadas para enviar uma mensagem, isto é, como as características de um documento que podem ser separadas da determinação dos assuntos, pessoas ou lugares específicos aos quais se refere. A forma documental é tanto física quanto intelectual. A expressão *forma física* refere-se ao layout externa do documento, enquanto o termo *forma intelectual* refere-se à sua articulação interna”.

documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” e tipo documental “a configuração que assume a espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTTO; CAMARGO, 1996). Assim, o tipo documental é o nome que o documento recebe de acordo com suas características físicas e a atividade que o gerou dentro de um determinado contexto. Ele é formado por uma base invariável – a espécie documental. Oliveira (2009, p. 7) afirma que os tipos documentais esclarecem quais são os conteúdos fixos e quais são variáveis em determinado formato e de acordo com a espécie documental.

Os estudos de tipologia documental têm motivado profissionais da área a repensar os métodos de organização e os tipos de arranjo a serem adotados. Na identificação tipológica cabe ao arquivista realizar o trabalho intelectual de levantar os dados do fundo, fazer pesquisa sobre a biografia do titular, no caso do arquivo pessoal, analisar o documento e sua relação com a entidade (instituição ou pessoa) e, desta maneira, estruturar as séries documentais.

Quanto mais se conhece o fundo, mais apurado se apresenta o trabalho científico de classificação, avaliação e descrição, visando, por meio das funções e atividades, a contextualização da produção documental. Para se contextualizar um arquivo é fundamental a identificação dos tipos documentais⁴.

Os arquivos pessoais, de uma maneira geral, são constituídos de documentos que testemunham as relações pessoais e profissionais de uma pessoa ao longo da vida. A produção documental de uma pessoa, muitas vezes, e principalmente no caso dos arquivos de pessoas públicas ou de destaque, recebe intervenção dos familiares e/ou amigos após sua morte.

Os documentos pessoais traduzem valores, opiniões, preferências e hábitos do seu produtor, constituindo-se em uma fonte alternativa de possibilidades para a pesquisa.

Os documentos encontrados nos arquivos pessoais expressam individualidades, subjetividades, de acordo com a área de atuação do produtor, exigindo do arquivista uma atenção redobrada na contextualização dos documentos de acordo com as ações que o titular desempenhou ao longo da vida.

Os arquivos pessoais de cientistas, artistas e políticos constituem matéria privilegiada para que se possam compreender os processos de conhecimento, criação e decisão, razão por que, aliás, têm sido objeto de iniciativas de recolhimento por instituições diversas (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 50).

⁴ Idem.

Embora não haja uma regulamentação na legislação para se organizar arquivos pessoais, há procedimentos institucionais a serem seguidos. Esses arquivos devem ser trabalhados seguindo-se o entendimento das funções e atividades desempenhadas pelo titular do arquivo.

O funcionamento de uma instituição, considerando-se as funções e as atividades desempenhadas, é determinante para a elaboração da organização arquivística dos documentos. Mas, certamente, definir as funções e atividades de um indivíduo no decorrer de sua vida já é uma tarefa mais complexa e que exige um trabalho de pesquisa sobre a biografia de vida e a trajetória profissional da pessoa (SILVA, 2012, p. 90).

Os arquivos pessoais desafiam os profissionais da área pela diversidade de documentos e de objetos acumulados pelo indivíduo por toda uma vida. A produção documental é um produto subjetivo, individual, representação das atividades de uma pessoa e que, muitas vezes, chega à instituição de guarda de forma descontextualizada.

As ligações orgânicas que precisam ser estabelecidas geram aos profissionais da área muitas inquietações, seja pela informalidade dos documentos pessoais, pela diversidade de gêneros, suportes e pelos objetos (medalha, placa comemorativa, entre outros), acumulados pelo produtor. As pesquisas para se conhecer a biografia da pessoa e organizar melhor a produção documental devem ser realizadas em diferentes fontes, como familiares, amigos, instituições onde atuou, publicações ou *internet*. Estas fornecerão o suporte informacional necessário para se contextualizar as funções e as atividades desempenhadas pelo produtor e, deste modo, elaborar o arranjo e a descrição compatíveis com a produção documental.

Contudo, o arquivista precisa compreender a lógica da acumulação dos documentos do produtor. Neste sentido, deve procurar conhecer as atividades profissionais e as relações sociais mantidas pelo indivíduo ao longo da vida. A informalidade da produção dos documentos pessoais pode revelar informações importantes ou reiterar informações que não tinham sido esclarecidas. É preciso levar em conta os indícios deixados pelo produtor e por aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram na constituição ou organização do arquivo.

Os arquivos pessoais são constituídos pelos documentos produzidos e recebidos por pessoas ao longo de suas vidas. Estes representam uma fonte rica para a pesquisa de tipos documentais, pois possibilita ao profissional da área arquivística uma reflexão minuciosa das peculiaridades inerentes a cada área de conhecimento. É o caso de arquivos pessoais de cientistas, mais especificamente, de físicos. Estes arquivos apresentam documentos com linguagem técnica, que se traduzem por meio de planilhas, cálculos, gráficos etc. Caberá ao

arquivista compreender o contexto da produção documental, mais do que o conteúdo do documento de cada área.

3 Joaquim da Costa Ribeiro e seu arquivo

Joaquim da Costa Ribeiro nasceu no Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1906. Filho de Antonio Marques da Costa Ribeiro e Maria Constança Albuquerque da Costa Ribeiro. Fez seus estudos secundários no Externato Santo Inácio, concluindo em 1922. Prosseguiu seus estudos universitários na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde fez simultaneamente dois cursos: formou-se Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico-eletricista em 1928.

Em 1933, iniciou a vida docente na mesma universidade, ocupando a cadeira de física geral e experimental. Na década de 1940 iniciou sua atividade acadêmica com trabalhos originais sobre um novo método para a realização de medidas de radioatividade, e a aplicação deste método ao estudo de minerais radioativos brasileiros.

Em 1943 iniciou estudos experimentais sobre propriedades dielétricas da cera de Carnaúba. Em decorrência destes estudos descobriu, em 1944, um novo fenômeno físico, de caráter muito geral, consistindo na produção de cargas elétricas associadas às mudanças de estado físico de dielétricos em que uma das fases é sólida. Este fenômeno foi denominado "efeito termo-dielétrico" ou "efeito Costa Ribeiro". O estudo deste fenômeno despertou grande interesse no meio científico brasileiro e internacional.

A partir da descoberta, Costa Ribeiro se dedicou ao estudo experimental e teórico do fenômeno. Foram apresentados à Academia Brasileira de Ciências numerosos trabalhos e comunicações originais, não só dele, como ainda de outros, como os professores Cintra do Prado e Saraiva de Toledo, de São Paulo, Bernhard Gross, do Instituto Nacional de Tecnologia, Edson Rodrigues e S. Mascarenhas, da Universidade do Brasil, entre outros.

Convidado pela Asociación Física Argentina, Costa Ribeiro apresentou os primeiros resultados da pesquisa na VI Reunião da referida associação, realizada em Buenos Aires em 1945, e na XII Reunião, realizada em Córdoba em 1948.

Além das atividades de magistério e de pesquisas, Costa Ribeiro desempenhou funções públicas relevantes, entre as quais se destacam as de Membro Consultor e Presidente da Comissão de Metrologia, Chefe de Gabinete e, interinamente, Secretário Geral da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, Membro Titular

da Academia Brasileira de Ciências, entre outras. Também foi Conselheiro do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em seus primeiros anos.

Nos últimos anos de sua vida se ocupou ativamente dos problemas relativos à organização e desenvolvimento de pesquisas científicas no Brasil, sobretudo no campo da Física Nuclear e de suas aplicações à produção da energia atômica.

Representou o Brasil em alguns eventos, tais como: na Reunião de Peritos Científicos da América Latina, que ocorreu em Montevideu em 1948, por iniciativa da UNESCO; no primeiro Congresso Internacional de Engenharia Nuclear, em Ann Arbor, Estados Unidos em 1954; e na VIII Reunião da Assembleia Geral da UNESCO no mesmo ano.

Seu desempenho profissional e científico ganhou notoriedade frente ao êxito de seus estudos. Além disso, Costa Ribeiro mostrou-se também um erudito.

Sua cultura, impregnada de humanismo cristão, teve como expressão mais sutil, os inúmeros poemas que compôs desconhecidos por muitos, pois não chegou a publicá-los. Era muito religioso e considerado uma pessoa justa e extremamente boa para com os familiares e amigos (ABRAHÃO⁵, 2006).

Costa Ribeiro faleceu em 1960, com 54 anos, na cidade do Rio de Janeiro. Como reconhecimento de seu trabalho, em outubro de 1973, seu filho Sérgio Cristiano Costa Ribeiro recebeu a Medalha Carneiro Felipe, oferecida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/MCTI).

O arquivo Costa Ribeiro foi cedido à Seção de Arquivos Históricos em História da Ciência do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da UNICAMP, por seu filho Carlos Costa Ribeiro, em 01 de dezembro de 1989. Posteriormente, em 2006, a família doou o arquivo ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), que, mediante um Contrato de Cessão de Uso, passou a guarda para o MAST, que se responsabiliza pela guarda, preservação e acesso a esses documentos.

4 Identificação Tipológica no Arquivo Costa Ribeiro

O fundo Costa Ribeiro foi organizado pela equipe da UNICAMP e é constituído por documentos textuais (classificados como correspondências ativa e passiva, produção técnico-

científica, entre outros), documentos iconográficos e impressos, além da hemeroteca (jornais e publicações) conforme representada na relação de documentos encaminhada junto com o arquivo.

Como metodologia para a realização do estudo das espécies e tipos documentais no arquivo de Costa Ribeiro, inicialmente, foi feito o levantamento por meio de análise de cada documento, de acordo com a classificação adotada pelo Quadro de Arranjo, procurando identificar as principais atividades. O Quadro de Arranjo está assim representado:

Série Documentos Pessoais e Profissionais (subsérie documentos pessoais, com 2 dossiês: dossiê família e dossiê Agência Internacional de Energia Atômica); Série correspondência (subsérie correspondência ativa; Subsérie correspondência passiva; e subsérie Correspondência de Terceiros); Série Produção Técnico-Científica de Joaquim da Costa Ribeiro (Subsérie Técnico-Científica Manuscrita, com 2 dossiês: dossiê extrato de berilo; e dossiê poesia); Série Produção de Terceiros Manuscrita; Série Miscelânea; Série Pós-Morte; Série Impressos; Série Fotografias e clichês.

É possível verificar que o arranjo do arquivo não levou em consideração as atividades e as funções desempenhadas pelo produtor, o que dificultou, em muitos casos, a identificação das atividades que deram origem aos documentos.

Para além do desafio de se identificar as atividades produtoras dos documentos, o outro desafio refere-se ao de nomear corretamente o tipo documental. Os glossários já publicados apresentam-se como importantes fontes de referência para estudos tipológicos, além das bibliográficas, pois permitem a comparação das definições dos termos que mais se adaptam à produção documental. Os dicionários referenciados neste trabalho também nos forneceram subsídios na comparação de definições, visando identificar o nome mais apropriado para cada tipo.

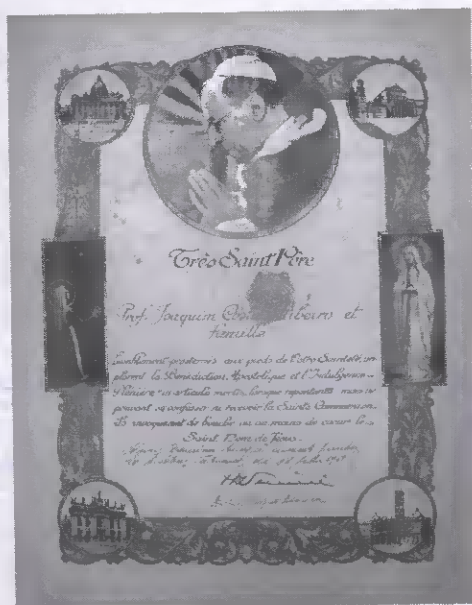
A Série Documentos Pessoais e Profissionais apresenta documentos “identitários”, bem como outros de caráter administrativo, como portarias e resoluções. A expressão “documentos identitários” é empregada por Camargo e Goulart (2007, p. 38) aos documentos de fácil reconhecimento, que resultam do cumprimento de obrigações legais ou decorrem das relações que o cidadão mantém direta ou inteiramente com o Estado, como certidão de nascimento, por exemplo. A série possui ainda título de eleitor, passaportes, mas também currículos, caderneta escolar, talões de cheque e notas promissórias.

Quanto às portarias, segundo Bellotto (2008, p. 62), “são documentos elaborados pelas autoridades competentes, determinando providências de caráter administrativo, impõem normas, definem situações funcionais, aplicam penalidades disciplinares e atos semelhantes”. A Série também possui uma resolução de nomeação de Costa Ribeiro para exercer, em comissão, as funções de inspetor de estabelecimento de ensino secundário no

⁵ Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, série é a sequência de unidades de um mesmo tipo documental (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 69).

Estado de São Paulo, emitida pela Prefeitura do Distrito Federal. Resolução é um “ato emanado de órgão colegiado registrando uma decisão ou uma ordem no âmbito de sua área de atuação” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 38).

Da Série Documentos Pessoais e Profissionais também constam documentos que registram a devoção religiosa de Costa Ribeiro, como mostra o exemplo do Documento 1. Existem dois termos com significado muito parecido para nomear o Documento 1, classificado como “Documentos Pessoais”: certidão e certificado. Segundo o glossário da SAUSP⁶, certidão significa “declaração pela qual a autoridade comprova um fato ou uma situação com base em documento de assentamento autêntico”; e certificado “é a declaração pela qual uma instituição comprova um fato ou situação próprios de suas atividades a partir da realidade ou de registros”. Diante destas duas definições e pelo teor da afirmação taxativa no documento acerca do perdão, não dando margem à dúvida quanto ao merecimento pela ação de perdoar, *a priori* foi tipificado como Certificado de Indulgência.



Documento 1 – Certificado de Indulgência
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

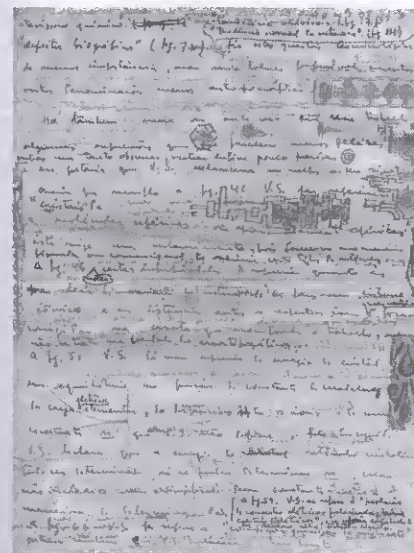
A Série possui uma subsérie “Documentos Pessoais”, que apresenta o “Dossiê Família”, contendo carteira de identidade, saldo bancário e currículo, sendo este último do professor Guido

Beck, amigo do titular. Essa inserção não favoreceu a compreensão do conjunto documental, pois não há indicação ou registro sobre o contexto de produção ou guarda do currículo no conjunto.

Na Série Produção Técnico-Científica de Joaquim da Costa Ribeiro apresenta tipos documentais mais evidentes de um trabalho científico, tais como: artigos, cadernos de laboratório, tese, apostilas, estudo de caso, apontamentos etc. Porém, o termo “técnico-científico” não é suficiente para esclarecer a atividade que gerou os documentos de acordo com a proveniência. A biografia de Costa Ribeiro mostra que ele desenvolveu diversas atividades no decorrer de sua vida, que poderiam ter gerado tais documentos. Assim, será preciso um trabalho de pesquisa para identificar datas e outros elementos que identifiquem a atividade produtora do documento.

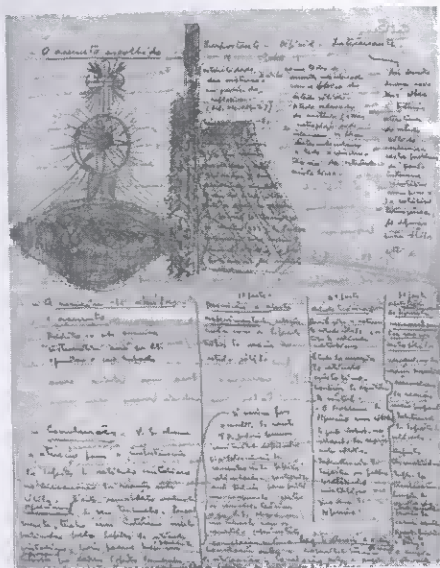
No período da documentação, meados do século XX, a incidência de apontamentos no trabalho científico era comum. O pesquisador fazia anotações e cálculos manuscritos sobre experiências científicas, gráficos para demonstrar a aplicação dos cálculos. As apostilas e os artigos científicos eram manuscritos ou datilografados no período anterior à utilização dos computadores portáteis (PC’S) como nós conhecemos hoje. Essas minutas comumente são encontradas nos arquivos pessoais.

Os documentos 2 e 3 são exemplos do que se optou por tipificar como “apontamento”, que é um “registro informal do que foi lido, ouvido, observado ou pensado, para eventual uso posterior” (CAMARGO; GOULART, 2007). Esses documentos são importantes fontes para a pesquisa na área de conhecimento do produtor, no caso a física, pois contêm informações técnicas especializadas e revelam muito do raciocínio do cientista, com suas correções e acréscimos.



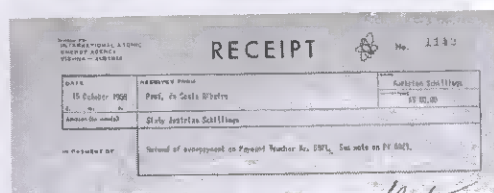
Documento 2 – Apontamento
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

⁶ ABRAHÃO, Eliane Morelli. Resenha biográfica de Costa Ribeiro. In: UNICAMP. Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência. *Inventário do Arquivo Costa Ribeiro*. Campinas, 2006.



Documento 3 – Apontamento
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

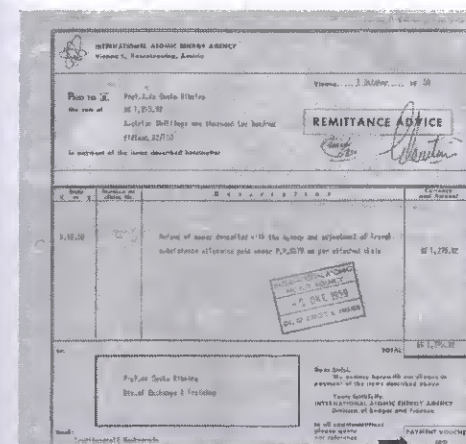
Também nesta Série encontra-se o “Dossiê Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)”, com documentos referentes a sua participação na Agência. Os tipos documentais localizados no dossiê são: cartas, extrato bancário, autorização de viagem, recibo de pagamento, memorando, declaração de participação, solicitação de reembolso, instrução normativa, discurso de abertura, programa de intercâmbio e treinamento, dentre outros. Foram inseridos neste dossiê documentos referentes à administração da pesquisa, tanto quanto sobre a pesquisa propriamente dita. O Documento 4, classificado como “produção técnico-científica”, trata-se de um recibo de pagamento, produzido no âmbito do planejamento da pesquisa. Segundo Bellotto (2008) recibo é “o reconhecimento por escrito e assinado por pessoa(s) que tenha(m) recebido dinheiro ou objeto”.



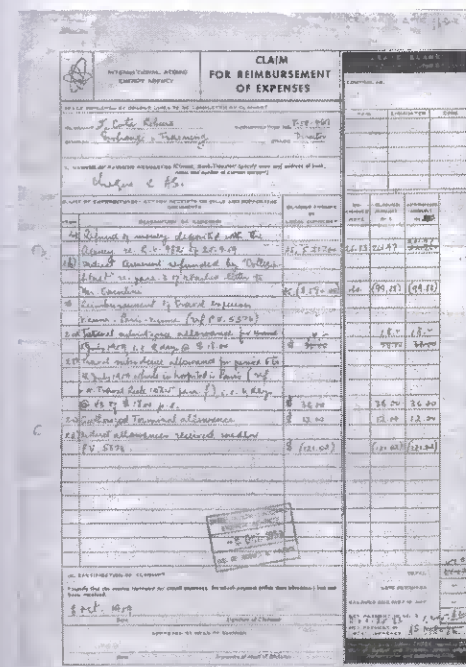
Documento 4 - Recibo de pagamento
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

Os Documentos 5 e 6 também são exemplos de documentos ligados aos recursos necessários à administração da pesquisa. O Documento 5 é um aviso de pagamento.

Bellotto (2008) definiu a espécie aviso como “notícia ou ordem enviada, transmitida ou afixada destinada a uma pessoa ou a uma coletividade”. Já o formulário, para a mesma autora, é uma “folha contendo dados fixos impressos e espaços a serem acrescentados com os dados variáveis, usado para registrar informações sintéticas e pontuais”.



Documento 5 - Aviso de Pagamento
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)



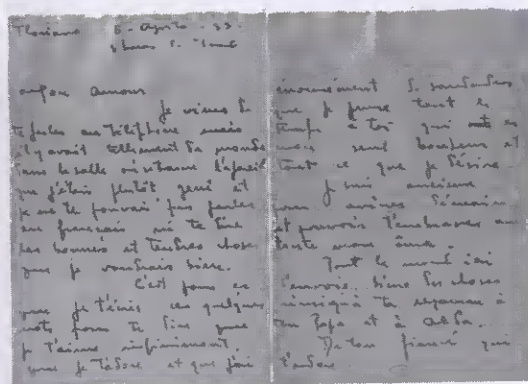
Documento 6 - Formulário de Reembolso
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

Percebe-se que os documentos são referentes às atividades de administração do trabalho realizado junto à Agência Internacional de Energia Atômica, e não apresentam dados técnicos/científicos propriamente ditos. Em geral, são os documentos administrativos, em especial os financeiros, os que mais sobrevivem nos arquivos, especialmente os institucionais.

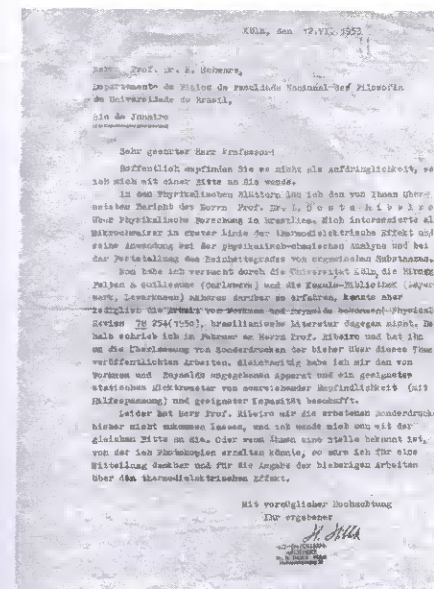
A série “Correspondências” apresenta três subséries: ativa, passiva e de terceiros. A opção por tal classificação não permite o conhecimento das atividades que produziram os documentos. Qualquer atividade pode gerar uma correspondência, por isso devemos conhecer a atividade que gerou o documento e, deste modo, usá-la para evidenciar o significado do mesmo dentro de um conjunto documental contextualizado.

A correspondência classificada como ativa refere-se tanto às relações pessoais, como cartas emitidas à esposa (mais de 50% deste conjunto), convites, cartões postais e de Natal, entre outros, quanto àquelas emitidas no âmbito profissional. O Documento 7 apresenta uma carta de Costa Ribeiro para sua esposa, e o Documento 8 mostra uma carta em alemão para o Prof. H. Schwartz da Universidade do Brasil, com assinatura do remetente não identificada, tratando de informações científicas e dos trabalhos de Costa Ribeiro. Neste último caso, como nos arquivos pessoais sob a guarda do MAST existem muitas cartas cujo teor é a troca de informações sobre pesquisas científicas, optou-se por identificar o tipo documental como “carta de intercâmbio científico”.

Além desta, existem outros tipos documentais classificados como correspondência, e que são produzidos pela atividade profissional, tais como cartas de convite, cartões postais, carta emitida aos membros da Comissão do 4º Centenário da cidade de São Paulo, onde Costa Ribeiro se candidatou ao prêmio 4º Centenário para Ciências com o trabalho “Sobre o efeito termo-dielétrico”, dentre outros.



Documento 7 - Carta enviada a Jaqueline Leers, esposa de Costa Ribeiro
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

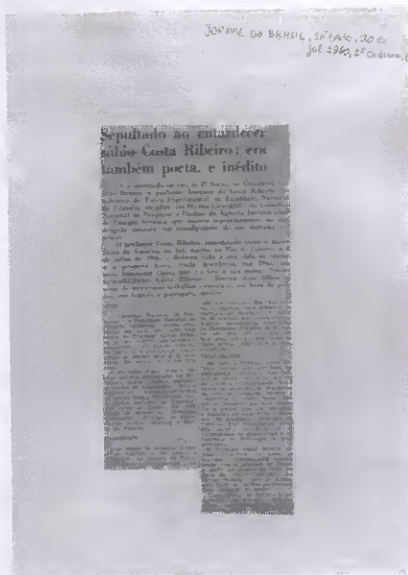


Documento 8 - Carta de intercâmbio científico
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

A correspondência classificada como “Passiva” apresenta documentos da vida pessoal: quase a totalidade deste conjunto documental se constitui de mensagens de pêsames, pela morte de Jaqueline Leers Costa Ribeiro, por meio de cartas e telegramas de condolências. Também há cartas da vida profissional, como a carta do professor Bossolasco, diretor do Instituto Geofísico italiano, solicitando exemplares do trabalho de Costa Ribeiro “Sobre o efeito termo-dielétrico” e oferecendo possibilidade de edição; e ofício de João Antônio Cardoso, presidente do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), desejando sucesso a Costa Ribeiro em seu novo posto. Segundo Bellotto (2008) ofício é “um meio de comunicação do serviço público, forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades e entre os órgãos públicos entre si e os particulares, em caráter oficial”.

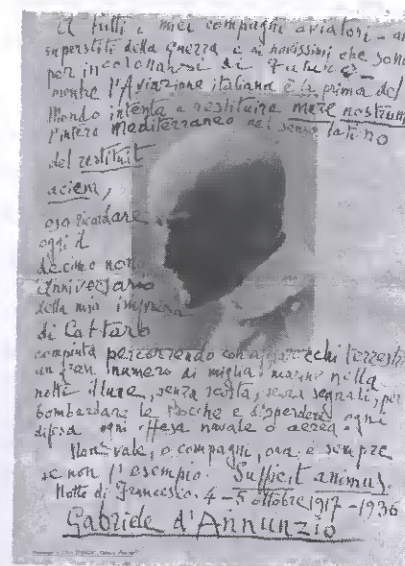
Incluída na série “Correspondência” encontram-se dois dossiês: o “Dossiê Extrato de Berilo” e o “Dossiê Poesia”. O primeiro é constituído por documentos da vida profissional do titular referente às atividades de pesquisa: cartas, projetos e gráficos sobre a extração do mineral berilo em solo brasileiro. O segundo, “Dossiê Poesia”, apresenta documentos que expressam a alma romântica e religiosa de Costa Ribeiro. Neste mesmo dossiê estão classificados cadernos de poesia e de oração, mostrando o gosto e a crença pessoal do produtor. Costa Ribeiro era um homem de muita fé cristã e este sentimento ficou registrado nos cadernos de oração. As imagens dos documentos 9, 10 e 11 ilustram o lado poético e religioso de Costa Ribeiro.

são: notícias de jornal sobre o falecimento de Costa Ribeiro; convite de formatura, tendo Costa Ribeiro como paraninfo; e diploma de entrega da “Medalha Carneiro Felipe”, representado no Documento 13. O diploma foi oferecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e recebido pelo filho mais velho de Costa Ribeiro, Sérgio Cristiano Costa Ribeiro, também físico.



Documento 12 - Notícia de jornal
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

O Arquivo de Costa Ribeiro apresenta, ainda, alguns documentos ainda não tipificados, como o Documento 14, classificado como “Miscelânea”. O Tipo documental está em fase de pesquisa, mas o texto, em italiano, refere-se ao 19º aniversário da “Impresa di Cattaro”, bem como da aviação italiana, assinado por Gabriele Annunzio.



Documento 14- Não tipificado
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)



Documento 13 - Diploma “Medalha Carneiro Felipe”
(Arquivo COSTA RIBEIRO/Acervo MAST)

O estudo tipológico do fundo Costa Ribeiro ainda está em processo de definição dos tipos documentais, buscando o nome mais adequado para os documentos. O objetivo é nomear corretamente todos os tipos encontrados na produção documental do Arquivo Costa Ribeiro e relacioná-los às atividades que os produziram, bem como alimentar o glossário de tipos documentais do Arquivo de História da Ciência do MAST.

5 Considerações finais

O estudo de tipologia documental permite repensar a importância de se debruçar sobre os documentos arquivísticos com o olhar mais aguçado, procurando identificar as características específicas, como, por exemplo, forma e conteúdo, com que as informações são apresentadas. A identificação da atividade que gera o documento contribuirá para a construção de uma classificação e uma descrição que reflitam as atividades desempenhadas por uma pessoa no decorrer de sua vida.

O conhecimento prévio da biografia do produtor, bem como das atividades e funções praticadas, solidifica o trabalho de organização dos documentos por parte do arquivista, seja para identificar, classificar ou descrever.

O estudo ora apresentado teve como foco a identificação das tipologias, sendo que, em um segundo momento, o propósito será o de analisar os elementos intrínsecos dos documentos, ou seja, aqueles que definem o modo de apresentação do conteúdo do documento, e as partes que determinam o texto como um todo.

O estudo de identificação tipológica ora apresentado representa uma primeira análise neste arquivo e uma das primeiras iniciativas nos arquivos pessoais sob a guarda do MAST. Os tipos documentais não se esgotam, pelo contrário: cada nova iniciativa de levantamento tipológico em um fundo suscita no aparecimento de outros tantos, decorrentes de atividades e funções desempenhadas por seu produtor.

Quanto aos arquivos de cientistas pertencentes ao mesmo campo de atuação, os documentos tendem a apresentar tipos documentais similares, pois as atividades e funções são compatíveis. Por isso o levantamento documental propicia a elaboração de um glossário que visa alimentar as atividades de identificação e descrição dos documentos que poderão vir a ser trabalhados no futuro.

O Quadro de Arranjo desenvolvido originalmente para este arquivo não utilizou o método funcional, que considera as funções e atividades desempenhadas por uma pessoa. Verificou-se que a classificação não favoreceu o conhecimento das atividades que produziram os documentos. O estudo tipológico permite visualizar claramente se uma determinada classificação adotada é realizada de forma arquivística, ou seja, considerando-se função e atividade na definição das séries e subséries.

Com este estudo foi possível constatar a importância do conhecimento dos tipos documentais para a definição de métodos de organização mais voltados para as atividades/funções desempenhadas pelo produtor, no vasto campo empírico que representa os arquivos pessoais. Estudos tipológicos nestes arquivos são inesgotáveis, pois cada um representa um mundo a ser explorado. O emprego de levantamentos tipológicos é um esforço de arquivistas e pesquisadores para padronização dos nomes dos tipos de documentos. Porém, a padronização sempre estará atrelada ao contexto de produção documental, inviabilizando generalizações. Além disso, é preciso prestar muita atenção nos termos usados em diferentes épocas. Um estudo tipológico que pode ser realizado, por exemplo, é o de se acompanhar o desenvolvimento de um determinado tipo documental com o passar do tempo.

O estudo tipológico permitirá a elaboração de um glossário de espécies e tipos documentais que poderá ser utilizado para o próprio trabalho de organização dos arquivos pessoais, retroalimentando-o.

Por último, o presente estudo não teve a pretensão de esgotar os tipos documentais existentes no arquivo, mas sim, partir de algumas escolhas para demonstrar o potencial de estudo que um arquivo pessoal oferece, e o amplo campo de atuação para arquivistas, ainda a ser explorado.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Marcos Institucionais do Conselho Nacional de Pesquisas. **Perspicillum**, Rio de Janeiro, v. 1, 1987.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 320 p.
- _____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8).
- _____. **Diplomática e tipologia documental**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 106 p.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. Santa Maria: RFSM, 1991. 96 p.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Portal do investidor. **Glossário**. Disponível em: <<http://www.portaldoinvestidor.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2010
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuições para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p.169-174, 1998.
- _____. Sobre arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**, v.7, n.2, jul./dez. 2008, p.5-9.
- _____; BELLOTTTO, Heloísa Liberalli (Org.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros: Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142p.
- _____; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. Ed. bilíngue: português e inglês. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007. 316 p.
- CASTRO, Maria da Conceição; LOURENÇO, Francisco dos Santos. Tipos documentais

e padronização da descrição arquivística: um estudo de caso sobre arquivos científicos. In: CONFERÊNCIA DA SUV E ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 4., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 54-62.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTE, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010. 196 p.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DURANTI, Luciana. Material do curso "Diplomática aplicada a documentos convencionais e digitais". Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FIESP. **Glossário**. Disponível em: <<http://apps.fiesp.com.br/qualidade/mainglos.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Em torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 2, jul./dez. p. 25-50, 2007.

LEAL, João Eurípedes Franklin; SIQUEIRA Marcelo Nogueira de. **Glossário de Paleografia e Diplomática**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental e partidos e associações políticas brasileiras**. São Paulo, Loyola, 1999. 151 p.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; ARAÚJO, João Cândido Graça (Org.) **Paleografia e diplomática no Curso de Arquivologia – UFSM**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007. 239 p.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais produzidos pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/temporalidade/glossario>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/>. Acesso em: abr. 2012.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. **Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas**. 2002. 162 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos pessoais e documentos digitais: o que nos reserva o futuro? In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. p. 465-473.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 160-174, jul./set. 2013.

_____. **Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documento**. 2007. 211 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais dos Institutos e das Faculdades da UNICAMP**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.usp.br/sausp/versaoanterior/glossario/glossario.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

RECONSIDERANDO OS ARQUIVOS PESSOAIS

COX, Richard. *Personal Archives and a New Archival Calling: Readings, Reflections and Ruminations*. Duluth (MN): Litwin Books, 2008. xviii, 418 p.

Helôisa Liberalli Bellotto⁷

Na esteira do novo olhar e da nova (e merecida) consideração que os arquivos pessoais estão recebendo dentro da teoria e da prática arquivísticas por parte das instituições, dos arquivistas e dos pesquisadores em geral, começa agora a ser mais conhecida entre nós, a obra datada de 2008 do conhecido arquivista norte americano, professor de arquivística da Universidade de Pittsburgh, Richard Cox, cujo título pode ser traduzido como *Arquivos pessoais e uma nova "chamada" arquivística: leituras, reflexões e reconsiderações* ou então, *Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações*.

O intento do autor, expresso na própria introdução, é responder a uma pergunta básica para o tema: qual o futuro do arquivo pessoal e qual é o futuro da profissão arquivística que possa garantir que os arquivos pessoais e familiares sejam preservados? A perspectiva é a de que se delineia uma nova forma de enxergar a importância, o papel e o emprego do arquivo pessoal. Se talvez atualmente ainda sejam esses arquivos mais valorizados pelos indivíduos e pelas famílias que os mantêm por razões altamente pessoais de identidade, memória e valor sentimental, não o sendo pelas instituições e pelos pesquisadores em geral, essa situação passa agora por uma mudança e esta mudança precisa ser bem acolhida, bem entendida e devidamente sustentada.

Os oito capítulos, alguns deles, reformulações de artigos, aulas e comunicações apresentadas a congressos pelo autor, são todos eles precedidos de uma minuciosa introdução seguida de extensos sub-capítulos, finalizando, cada capítulo, com uma detalhada conclusão. Por toda a obra, Cox vai expondo suas observações, desde a forma peculiar pela qual os norte-americanos "vêem" o arquivo pessoal,

passando por inúmeros estudos de caso, chegando até a análise de como tem sido o "trato" profissional dado a eles, tanto no âmbito dos arquivos correntes como no dos arquivos históricos institucionais. Analisando esses capítulos, ocupando cada um, em média, cinquenta páginas, concluímos por não resumi-los, mas sim sacar-lhes idéias ou argumentações essenciais a propósito de seus temas, tornados evidentes nas respectivas denominações.

O capítulo primeiro curiosamente intitulado "Postar notas e, depois salvá-las" (*Posting Notes and, Then, Saving Them*), começa por chamar-nos a atenção sobre a pouca incidência de publicação de guias para orientar os leigos a organizarem seus acervos privados. Isso, comparativamente aos abundantes livros de auto-ajuda, seja em que campo de ação for, tal como é notório nos Estados Unidos. Do ponto de vista do autor seria interessante se arquivistas profissionais se propusessem a treinar aqueles a quem o autor denomina "cidadãos-arquivistas". Os profissionais deveriam repensar as formas de usar esse desejo para criarem uma melhor compreensão da missão arquivística e, ao mesmo tempo, ajudarem as pessoas a definirem seus próprios projetos de organização de acervos. Afirma que eles deveriam acrescentar aos seus deveres profissionais o do preparo de cidadãos no sentido de que estes pudessem ter um conhecimento básico de como cuidar de seus próprios documentos históricos. Richard Cox volta-se para o que está ocorrendo no campo das "tecnologias de informação pessoal", demonstrando que os sites, blogs e álbuns digitais de fotografias já figuram como marca proeminente de nossa sociedade. Essas tecnologias, com sua fragilidade inerente mais visível, levam os indivíduos a serem mais cuidadosos com as questões de preservação. A seu ver, "os arquivistas precisam reconhecer que essas inovações possivelmente estão alterando o que eles fazem e como fazem". Para tanto, seria preciso "comunicarem melhor sua missão na sociedade por meio da assistência a pessoas que tenham desenvolvido nalgum interesse na organização arquivística".

O capítulo segundo trata da "Paixão pelo documento" (*The Romance of the Document*), o que tem levado muitos dos norte-americanos a vasculharem antiquários, sebos e feiras de antiguidades procurando por algum

documento interessante, envelhecido da maneira exata, associado a um evento ou período determinado, acompanhado de uma assinatura curiosa ou famosa ou simplesmente dotado da aparência desejada para ser emoldurado e pendurado num escritório ou quartinho pessoal.

O autor afirma mesmo que "coleccionar autógrafos e manuscritos é um passatempo popular nos Estados Unidos há cerca de duzentos anos, um *hobby* alimentado por uma rede

⁷ Licenciada e doutora em História (Universidade de São Paulo).

de vendedores, casas de leilão e, atualmente, pelo comércio eletrônico". Independentemente de se tratarem de documentos de seu interesse próprio, pessoal ou familiar,

os norte-americanos, que são constantemente criticados por não se interessarem pela história, contradizem esse julgamento ao saírem à procura desses artefatos (alheios), escolhendo esses objetos porque eles possuem uma ligação íntima com o passado ou se tornam um investimento pessoal na memória da nação.

Entretanto, essas pessoas têm dificuldades em compreender a preocupação que os arquivistas de arquivos públicos têm com as necessidades legais e administrativas, com as questões de confiabilidade e autenticidade, sobretudo relativamente aos documentos digitais. Aos leigos também não interessa entender princípios e premissas tão familiares aos profissionais de arquivo, tais como proveniência, contexto de produção, avaliação etc. Os sub-capítulos abordam respectivamente o diário, a carta, as entrevistas para história oral, considerando essas modalidades documentais em seus suportes tradicionais ou em suporte digital. O que importa mesmo discutir aqui é a irresistível atração pelo documento em si.

O capítulo terceiro, em seu título "Documentos informativos: como as pessoas e as instituições obtêm informação" (*Information Documents: How People and Organizations Acquire Information*), já explicita que ele aborda todo um histórico da evolução do falar, escrever, ler, arquivar, enfim, do esforço "da humanidade para se comunicar, documentar e lembrar". O autor recorda-nos que "quando se observa um documento, ao menos do gênero textual, depara-se com a linguagem. O documento de qualquer tipo (carta, memorando ou recibo) é recoberto de símbolos que representam palavras e números. Ele é feito para ser recebido, lido, entendido". A relativa estabilidade da linguagem vê-se hoje confrontada com a fragilidade das fontes documentais, especialmente em suporte digital. "Os indivíduos e as instituições enfrentam situações embaraçosas quando descobrem que aqueles e-mails rápidos e eficientes desapareceram, ou então – e com a mesma gravidade – reapareceram depois de serem dados como perdidos". A linguagem permite o "intercâmbio de informação", mas a preservação da mesma informação necessita da escrita. Sem ela como compreender a história da sociedade humana? Segue-se uma larga discussão de cunho antropológico sobre a escrita, a comunicação e sobre o futuro eletrônico dos documentos. Qual será a conformação física desses arquivos, como eles funcionarão e, sobretudo, quem cuidará deles? Nesse capítulo, é largamente discutido do ponto de vista histórico, o uso que o homem tem feito da linguagem e da escrita. A atualidade diante do documento digital

apresenta problemas ainda não totalmente resolvidos, tanto para seus produtores, quanto para arquivistas e usuários.

O capítulo quarto, "Uma função terapêutica: o arquivo pessoal" (*"Therapeutic Function": Personal Recordkeeping*) aborda o quanto já começa a ser reduzida a disparidade entre a experiência pessoal e o conhecimento dos requisitos públicos referentes à gestão de documentos e de informação já que, ao menos nos Estados Unidos, tem havido longos e tensos debates entre os defensores das liberdades civis e os partidários do governo ou da segurança nacional. Vários casos são relatados sobre o problema do uso de dados pessoais pelo governo. O autor cita James B. Rule (*Privacy in peril*, Nova York, Oxford University Press, 2007), que tem se preocupado com a forma como os Estados Unidos gerenciam a privacidade, mostrando o quanto suas políticas a respeito tem sido mais ineficientes do que as de quase a totalidade dos estados democráticos. Ele afirma que hoje naquele país qualquer banco de dados pessoais registrado no sistema público pode ser vendido para praticamente todos os fins comerciais. Além do mais, especialmente na era pós-11 de setembro, por questões de segurança nacional e pela guerra ao terror, intensificou-se a coleta de informações pessoais realizada, muitas vezes, de forma duvidosa. Nesse capítulo Richard Cox alude ainda à forma como "estamos cercados por documentos demarcando as atividades de nossas vidas, a história de nossas famílias e a implacável passagem do tempo..." afirmando que, afinal, guardamos documentos como lembranças de importantes eventos de nossas vidas; preservamos nossos documentos financeiros, fotografias, diplomas, certificados ou prêmios; navegamos na internet e, de forma consciente ou não, nela também estamos freqüentemente examinando documentos, tais como relatórios do governo, notícias e blogs pessoais...

No capítulo quinto "Impulsos humanos e arquivos pessoais" (*Human Impulses and Personal Archives*) o autor começa por se indagar por que os arquivos pessoais existem. Por que muitas pessoas, mesmo considerando-os como "um dos grandes fardos de nossa vida contemporânea", concluem que é praticamente impossível viver sem eles? Talvez por reconhecerem que "os documentos não surgem milagrosamente e sem razão e, na maioria dos casos, essas razões são boas. Nenhuma pessoa ou empresa produz um documento para se divertir, mas porque isso lhes é exigido". Temos de concordar que o autor está certo quando afirma que "os aspectos legais e regulatórios dos documentos apontam para a existência de atividades para as quais a emissão deles é absolutamente necessária, ou seja, sem a existência do documento, a atividade ficaria incompleta (ou talvez não pudesse nem sequer ser confirmada)". O sub-capítulo "Sentimentalismo e arquivo pessoal" demonstra

que, mais do que se reconhecer o valor legal da documentação pessoal, falam mais alto as razões sentimentais e emocionais, o que leva a serem preservados “velhos documentos mesmo depois de não haver mais qualquer necessidade de se tê-los em mãos”. A seguir, é a fotografia que passa a ser objeto de grande atenção do autor, sobretudo a fotografia digital.

A facilidade com que hoje as pessoas enviam fotografias digitais de suas vidas diárias e momentos mais íntimos por meio da internet e também as postam em páginas pessoais eletrônicas é muito mais que apenas um passo adiante na evolução de nosso caso de amor com a fotografia e deixa claro que não há sinais de diminuição na maneira como interpretamos e lembramos nosso passado através do registro visual.

O capítulo sexto, denominado “Traços de si: outras reflexões sobre o arquivamento pessoal e a função dos arquivistas” (*Traces of Ourselves: More Thoughts on Personal Recordkeeping and the Roles of Archivists*), representa as preocupações do autor para com o destino dos arquivos pessoais, assinalando como os arquivistas profissionais podem de alguma forma “socorrerem” as famílias preocupadas com continuidade e preservação da documentação privada, pois, “mesmo aqueles papéis pessoais aparentemente sem muita importância, são capazes de transmitir valores fundamentais de geração para geração”. E, mesmo do ponto de vista pessoal, “sem as provas e as informações encontradas nesses documentos, perdemos nossos ancoradouros, nossa autoconfiança e nossa conexão com a sociedade e as com as pessoas”. O autor chama a atenção para o fato de o poder e a portabilidade dos aparelhos digitais serem cada vez maiores, mencionando as novas modalidades de influência que eles exercem. Cita autores tais como David Weinberger (*Everything is miscellaneous: the power of the new digital disorder*, Nova York, Times Books, 2007), para quem a distância entre nosso modo de acesso à informação e o do computador está no cerne da revolução do conhecimento. Segundo esse mesmo autor,

a mudança que muitos profissionais da documentação estão enfrentando devido à heterogeneidade contemporânea é profunda e real. As autoridades sempre filtraram e organizaram a informação para nós, protegendo-nos do que não vale o nosso tempo e ajudando-nos a encontrar o necessário para darmos a nossas crenças uma base sólida. Mas com o heterogêneo, tudo está disponível, sem filtros.

O capítulo sétimo intitula-se: “O correio eletrônico e o arquivamento pessoal” (*Electronic Mail and Personal Recordkeeping*). Começando por afirmar que “o correio eletrônico é um dos mais onipresentes, comumente aceitos e mais fáceis

de usar entre os documentos modernos e as tecnologias de informação”, o autor segue demonstrando o quanto ele tem função crucial nas atividades das instituições e das pessoas. O que inicialmente foi mais tido como algo a ser descartado após o uso, passou a ser admitido como “uma ferramenta necessária para a comunicação, para a tomada de decisões, para o planejamento e para outras funções profissionais e pessoais”. Analisando essa forma de comunicação do ponto de vista da teoria, da metodologia e da prática arquivísticas, Richard Cox mostra a diferença que ocorre nos Estados Unidos da posição dos arquivistas que atuam nos arquivos correntes e os que atuam nos arquivos históricos a respeito desse moderno meio de comunicação. Os primeiros tendem a ver o e-mail

como uma ameaça específica tanto para sua própria capacidade de controlar os sistemas de arquivos e de dados quanto – e isso talvez seja mais importante – um risco e uma ameaça invasiva para as informações confidenciais das empresas onde eles trabalham.

Para os segundos, e-mail pode ser uma “ameaça a uma das mais importantes fontes documentais que eles administram, a saber, a correspondência pessoal e institucional, e, por conseguinte, o correio eletrônico simboliza os desafios impostos pela era digital ao nosso patrimônio documental”. Para o autor, essa divergência deveria terminar, encontrando-se um meio-termo que admitisse ser o e-mail fundamental para questões de documentação e de pesquisa, tanto para o destinatário como para o signatário, em suas razões e efeitos imediatos.

O capítulo oitavo, cujo título é: “A rede de documentos: a internet, os arquivistas e os arquivos pessoais” (*The Web of Records: The World Wide Web, the Records Professions, and Personal Archiving*), começa por expor as idéias de Greg Hunter (The digital future: A look ahead, *Information Management Journal*, n.36, jan./fev. 2002), para quem “a integridade intelectual (constituída pelo conteúdo, fixação, capacidade de localização, proveniência e contexto) dos novos documentos eletrônicos pode vir a ser o problema mais substancial a desafiar os arquivistas no universo digital”. Ainda há muitas dúvidas a respeito dos imensos desafios impostos à preservação na internet. Para Cox,

o ciberespaço ainda é visto como um local extraordinariamente dinâmico para a expansão do conhecimento humano, criando condições para novos tipos de pesquisa ou se baseando em métodos mais antigos. Em certos casos mais prosaicos, o ciberespaço serve apenas como substituto eficaz das listas telefônicas e dos mapas rodoviários, ao mesmo tempo em que causa apreensões relativas

à possível substituição de bibliotecas, arquivos e museus sem necessariamente levar em conta os inestimáveis materiais não digitais que se encontram nessas instituições.

O autor dá relevância ao valor da perspectiva arquivística e cita Seamus Ross (*Changing trains at Wigan: digital preservation and the future of scholarship*, Londres, National Preservation Office, 2000) para enfatizar que os arquivos digitais, combinados com as novas tecnologias, irão flexibilizar a pesquisa. Eles criarão condições para o acesso simultâneo a uma série de fontes (próximas e distantes) e facilitarão o uso de métodos de pesquisa que não são viáveis com documentos convencionais impressos ou manuscritos. Afirma ainda haver claras razões para que tantas pessoas se preocupem com a estabilidade dos materiais que se encontram na internet. E embora isso implique em um papel mais significativo por parte dos arquivistas, julga ainda assim ser fundamental que estes definam bem como seu trabalho de gerenciamento de sites institucionais pode servir de apoio a essas práticas ampliadas no setor da cultura e da pesquisa.

Na conclusão, o autor pergunta-se, a partir do exposto no decorrer da obra, se estará ele propondo um novo tipo de futuro arquivístico para os acervos pessoais, futuro no qual os documentos eletrônicos marcarão cada vez mais a sua presença.

A expansão da informação pessoal digital traz à tona interessantes questões para os arquivos, as bibliotecas, as famílias e os profissionais no tocante aos “espólios digitais” após a morte de alguém. Não se trata apenas de conteúdo e de seu valor, mas do problema do acesso (e será interessante observar se o alto valor conferido aos acervos pessoais de correspondência em papel e de manuscritos de certos autores ficcionais será repetido em relação a seu e-mail e a outros documentos eletrônicos). A maior parte dos acervos pessoais digitais só pode ser acessada por meio de senhas e de autenticação.

Outra grande preocupação dos profissionais é a questão da transferência dos arquivos pessoais para uma instituição arquivística segura. Isto poderá transformar-se em uma necessidade quando os documentos estiverem abandonados pela família ou ameaçados de dispersão, de destruição iminente ou qualquer outra situação de risco. Mas, fora isso, não seria o caso de deixá-los aos cuidados das famílias, apenas ajudando-as e orientando-as tecnicamente? E, em qualquer um dos casos, o procedimento seria o de preservá-los em sua totalidade? Submetê-los à avaliação? Como lidar com o mau estado de conservação em que muitos se encontram? “O mofo e outros agentes de decomposição, como umidade excessiva e exposição à ferrugem, à poeira e aos insetos, destroem muitos

acervos” aponta Cox citando Aiysha Abraham (*Deteriorating memories: Blurring fact and fiction in home movies in India*. In: Ishizuka, Karen L. e Zimmerman, Patricia R. ed. *Mining the home movie: excavations in histories and memories*, Berkeley, University of California Press, 2008, p. 172).

Pode mesmo ser um dilema do arquivista o posicionar-se entre o “ajudar os amadores na preservação de seu próprio material de arquivo e a vontade de adquirir essas fontes para instituições arquivísticas onde elas poderão ser usadas com mais facilidade pelos pesquisadores”. Diante desse dilema julga Cox que seria desejável que os arquivistas assumissem uma função mais proativa na montagem e na contratação de profissionais para programas permanentes de extensão. Programas esses que buscassem ajudar os indivíduos e as famílias a enfrentarem os desafios desse tipo de arquivamento. O autor também aponta para o problema de serem os arquivos pessoais e familiares em número grande demais para que pudessem em sua totalidade serem carreados para instituições públicas. Uma boa solução seria a de que o cidadão comum que possuísse um arquivo familiar ou pretendesse organizar um, tivesse a devida dedicação e motivação, e que pudesse (e quisesse) adquirir as habilidades técnicas para classificar, descrever e preservar aqueles documentos. Muitas dessas pessoas são céticas a respeito da documentação digital, havendo mesmo uma “boa dose de fatalismo sobre a confiabilidade da tecnologia digital, ou seja, as falhas nos sistemas são encaradas como coisa normal”, afirma Cox, que também comenta “haver certo temor em relação à vulnerabilidade do armazenamento digital em rede”.

Chamo principalmente a atenção para o posicionamento de Cox quanto aos aplicativos eletrônicos, cujo tratamento arquivístico tem preocupado frequentemente os profissionais da área. Ele menciona na introdução do livro que “os norte-americanos, entre outros, estão utilizando um número cada vez maior de aplicativos eletrônicos, como os blogs e o YouTube para se expressarem e se documentarem”. Para ele,

podemos pensar nos sites de internet como uma espécie de catálogo de museu ou um instrumento arquivístico de pesquisa, com a diferença de que os sites possuem maior potencial para a interatividade e, obviamente, maior potencial para aperfeiçoamentos relativos à linkagem com outras fontes de informação. Quanto mais trabalhamos e vivemos no reino digital, mais nos tornamos à vontade para nos movermos pela vida diária com os sucedâneos digitais dos artefatos [...]

Assinala ainda o autor que os blogs

são como novas versões de velhas formas documentais como os diários, com a diferença de que não vão ser incluídas fisicamente

em arquivos como é o caso de seus predecessores. De diversas formas, os blogs e outros documentos digitais recentes substituem os mais antigos, mas não há garantias de que estes possam ser arquivados da mesma maneira utilizada para aqueles.

E acaba por constatar que

poucos arquivos, seja de que tipo for, estão efetivamente trabalhando com formatos como os blogs, que são normalmente deixados a cargo de seus criadores. Diante de um universo documental infinitamente mais amplo do que se podia prever, essa talvez seja uma decisão aceitável. Mesmo no campo das velhas tecnologias, já se percebiam práticas análogas às do blog, como foi o caso dos diários escritos, escondidos, preservados e partilhados pelas vítimas do Holocausto e seus descendentes.

Pergunta ainda:

se fomos tão cuidadosos em identificar e preservar estes diários, será que não deveríamos fazer o mesmo em relação aos blogs atuais produzidos por militares em zonas de guerra, cronistas e vítimas de genocídio e comentaristas políticos com informações privilegiadas?

Por essas e tantas outras indagações tão inteligente quanto estrategicamente colocadas por Richard Cox, os profissionais e estudantes de arquivologia no Brasil merecem a prometida tradução para o português a cargo de Anderson Bastos Martins, que deverá sair em breve, integrando a Coleção Arquivo, da Editora da Universidade Federal de Minas Gerais. Isso tornará seu conteúdo mais facilmente acessível e passível, portanto, de melhores análises, comparações e aplicações no trato dos documentos pessoais, principalmente os gerados em meio digital, que apresentam ainda tantas dúvidas quanto à sua organização e sua preservação.

